



# PREFEITURA DE SOBRAL

Pregão Eletrônico nº PE26009-SAAE  
Processo nº P429798/2026  
Número LICITANET: 061/2026

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) de Sobral, por intermédio do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio designados por ato do Prefeito do Município de Sobral e Portaria nº 003/2024-CELIC, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

## **1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

## **2. DA FORMA DE EXECUÇÃO: EMPREITADA PO PREÇO UNITÁRIO**

**3. DA BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 3.737 de 05 de setembro de 2025; Decreto Municipal nº 3.216 de 26 de julho de 2023 Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**4. OBJETO:** O objeto da presente licitação é a Contratação dos serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com fornecimento de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a serem executados de forma ininterrupta, inclusive aos finais de semana e feriados, nas dependências das unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Edital e seus anexos.

4.1. A licitação será realizada por Lote conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **5. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO**

5.1. O edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sites [www.sobral.ce.gov.br](http://www.sobral.ce.gov.br), campo: SERVIÇOS/LICITAÇÕES e <https://www.licitanet.com.br/processos>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema LICITANET, no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br/login>, pelo pregoeiro(a) Daniel Marcio Camilo do Nascimento.

## **6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME**

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/06/2026, ÀS 08:00H

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26/06/2026, ÀS 09:00H

**6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 26/06/2026, ÀS 09:00H**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24 (Vinte e quatro) horas a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

## **7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES**

7.1. Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Sobral, na Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º Andar, Centro, Município de Sobral/CE, CEP: 62.011-065.

**7.2. Horário de expediente da Prefeitura Municipal de Sobral: das 8h às 12h e das 13h às 17h.**



## **8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

8.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no sistema LICITANET (<https://licitanet.com.br/>), por meio de identificação e senha pessoal intransferível.

8.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

8.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5. O **lote 01** será de **ampla disputa**.

8.6. As microempresas, empresas de pequeno porte, as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos na lei, e desde que não se encontrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema Licitanet para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto na referida Lei.

8.6.1. A falsidade da declaração de que trata o item 8.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

**8.7. Não poderão disputar esta licitação com base no art. 14 da Lei nº 14.133/2021:**

8.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.7.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação

8.7.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;





8.7.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8.7.5. Empresas estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

8.7.6. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame;

8.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição;

8.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

8.7.9. Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.7.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.7.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

**8.8. É vedada a participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição.**

## **9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no item 9.3 abaixo.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

9.2.1. As decisões do pregoeiro, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação.

9.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no item 9.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma de realização do certame, ou pelo e-mail [pregaocelic@sobral.ce.gov.br](mailto:pregaocelic@sobral.ce.gov.br), até às 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

9.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no



certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos estão previstos no Termo de Referência, anexo A do presente Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por via digital autenticada através de assinatura digital.

10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública contratante, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.3.1. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

10.3.1.1. A verificação no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

10.3.1.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.1.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

10.3.1.4. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

10.3.1.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. Será verificado se o licitante assinalou a declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.7. A habilitação será verificada por meio dos documentos anexados à Plataforma e associados ao Processo.





10.7.1. O licitante é responsável pelos atos praticados na Plataforma, dessa forma, o mesmo deverá se preparar para a participação no processo e deverá se instruir a respeito da utilização da Plataforma.

10.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.7.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.7.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável por igual período, quando solicitado e justificado pelo licitante.

10.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.10. A exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.11.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (Art. 42 da LC nº 123/2006).

10.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das



empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (Art. 42 da LC nº 123/2006).

10.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

10.17. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

## **11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

11.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta eletrônica com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**11.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

11.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo previstas em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.5.1. No lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

11.2.5.2. No lote em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.2.6. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.2.7. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;





11.2.8. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

11.2.9. que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

11.2.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.2.1 ao 11.2.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

11.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

**11.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.**

**11.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Conforme solicitação do pregoeiro (a), o licitante deverá enviar os documentos complementares no prazo, conforme cada caso.**

11.5.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

11.5.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na desclassificação do licitante.

11.6. A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, exceto a prevista no item 11.2.1, não implicarão na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no item 11.5 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

11.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema;

12.1.1. Os preços deverão ser expressos em reais, com até **2 (duas) casas decimais**.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



12.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**12.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

12.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### **13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

13.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

13.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do lote**.

13.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação **aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta** deverá ser de R\$ 0,01, utilizando como referência o **valor global do lote**.

**13.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e**





**obedecerá às seguintes regras:**

13.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

13.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

13.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

13.11.1. Valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e;

13.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 13.11. possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**13.13. No modo de disputa “aberto e fechado” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

13.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

13.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

13.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes,



procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**13.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:**

13.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

13.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

13.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

13.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle

13.20.2. Persistindo o empate será assegurada preferência, sucessivamente aos (bens) ou (serviços) produzidos ou prestados por:

13.20. 2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

13.20.2.2. Empresas brasileiras;

13.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e outras providências.

13.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

13.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





13.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**13.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas após a negociação realizada, enviar proposta adequada ao último lance por ele ofertado, acompanhada dos documentos a ela pertinentes citados no item 13.21.5. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado e justificado pelo licitante.**

13.21.4.1. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao **Anexo I do Termo de Referência.**

13.21.5. A licitante deverá anexar no sistema junto à proposta de preços:

13.21.5.1. A licitante deverá anexar a planilha de preços por categoria, em conformidade com o do Anexo I - Termo de Referência deste edital.

13.21.5.1.1 A Planilha de Composição de Custos deverá conter o percentual referente a Taxa de Administração, a qual será considerada exequível em percentual não inferior a 1,0% (um por cento).

13.21.5.2. A licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta de preços, declaração formal, assinada por seu representante legal, informando:

I – o enquadramento sindical da empresa;

II – a atividade econômica preponderante da empresa;

III – justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta.

13.21.5. A Administração para efeito do item 13.21.5 poderá realizar diligência para complementação de informações acerca de documento(s) já apresentados, desde que venham a comprovar fato(s) existente(s) à época da abertura da sessão pública.

13.21.5.1. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Administração, ensejará a preclusão desse direito, resultando na desclassificação do licitante.

#### **14. DA FASE DE JULGAMENTO**

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 8.9 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

b) Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

e) Relação de inabilitados e inidôneos do Tribunal de Contas da União.

f) Consulta ao cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNIA), ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

14.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 e, art. 160 da Lei nº 14.133/2021. A consulta aos cadastros será realizada também em nome do responsável técnico detentor de atestados de responsabilidade técnica, observado o art.



160 e § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que tenha dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

14.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas no SICAF.

14.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.2.1.1.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.2.1.1.1.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado/inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14.4.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

14.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

14.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.6.1. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, inclusive aqueles relativos à habilitação, não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata da licitante. Compete ao pregoeiro conceder prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

14.7. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

#### **14.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

14.8.1. Contiver vícios insanáveis;

14.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

14.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.8.6. Deixar de apresentar a declaração de que trata o item 11.2.1 deste edital.

14.8.7. Não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o edital, quando for o caso.

14.8.8. Que apresentarem, na planilha, **valor de salário + auxílio-alimentação menor que o valor orçado pela Administração.**





14.9. A disputa será realizada por Lote, sendo os preços registrados em Ata, pelo valor unitário do item.

**14.9.1. A proposta final para o Lote não poderá conter item com valor superior ao estimado pela administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do Lote.**

**14.10. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.**

14.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**14.12. É indício de inexecuibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 58 do Decreto Municipal nº 3.737/2025.**

14.12.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

14.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**14.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.**

14.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

14.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **15. DOS RECURSOS**

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da comunicação da declaração de habilitado o vencedor.

15.3. A manifestação da intenção de recorrer sobre a impugnação do julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, será realizada conforme a seguir:

15.3.1. Da manifestação da intenção de recurso da classificação da Proposta:

15.3.1.1. Qualquer licitante poderá, após encerrada a fase de negociação, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.3.2. Da manifestação da intenção de recurso da fase da Habilitação:



15.3.2.1. Qualquer licitante poderá, após declaração de habilitado o vencedor, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.4. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade máxima, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.7.1. Caso a licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pela proponente.

15.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhe couber e na Central de Licitações no endereço constante 7 deste edital.

## **16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro ou pelo órgão ou entidade demandante da licitação, em sede de diligência;

16.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra, quando for o caso, em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;





16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

16.1.5. fraudar a licitação

16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.3. apresentar amostra, quando for o caso, falsificada ou deteriorada;

16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

16.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A sanção de multa calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor licitado ou contrato celebrado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 3% (três por cento) e para o item 16.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor licitado ou contrato celebrado.

16.4.1.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor licitado ou contrato celebrado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá o disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.15. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), o qual poderá ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

16.16. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

## **17. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

17.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.375.167,64 (Três milhões trezentos e setenta e cinco mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme os custos unitários apostos na tabela constante do subitem 2 do **Anexo A- Termo de Referência**.





## 18. DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente.

18.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de homologação.

## 19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

19.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

19.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação.

19.3. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

19.4. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos A e B – Termo de Referência e Minuta do Contrato, parte integrante deste edital.

## 19.5. Da Garantia

19.5.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos na **cláusula décima primeira da minuta do contrato**. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

19.5.2. Adotada a modalidade seguro-garantia, prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentá-la no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, no prazo de 1(um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato conforme § 3º do mesmo artigo supra referido.

## 19.6. Da Subcontratação

19.6.1. Não será admitida a subcontratação.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.



20.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.7. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e as licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

20.8. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

20.9. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

20.10. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

20.11. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

## **21. DOS ANEXOS**

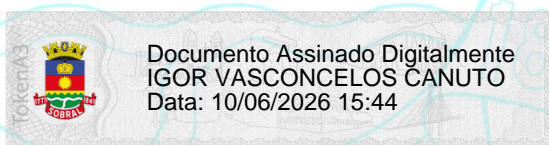
21.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO B – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO C - MODELO DE CARTA PROPOSTA READEQUADA

ANEXO D – JUSTIFICATIVA PARA A NÃO PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO



**Igor Vasconcelos Canuto**

Diretor Administrativo/Ordenador de Despesas





**ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA**

**UNIDADE REQUISITANTE:** Gerência de Patrimônio e Suprimentos- GPS/Saae.

**1. DO OBJETO:** Contratação dos **serviços contínuos de vigilância patrimonial armada**, com fornecimento de **mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a serem executados de forma **ininterrupta**, inclusive **aos finais de semana e feriados**, nas dependências das **unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral**, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

1.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

**2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

LOTE 1								
ITEM	DESCRIÇÃO	JORNADA	UNID./MEDIDA	VALOR UNITARIO POR POSTOS	QUANTIDADE TOTAL DE POSTOS	QUANTIDADE TOTAL DE COLABORADORES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	12X36	MÊS	R\$ 13.075,53	6	12	R\$ 78.453,18	R\$ 941.438,16
2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	12X36	MÊS	R\$ 15.600,83	13	26	R\$ 202.810,79	R\$ 2.433.729,48
TOTAL					19	38	R\$ 281.263,97	R\$ 3.375.167,64

**2.1 Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.**

2.3. O Lote 01 será de **ampla disputa**.

2.3.1. Para o Lote 1 será garantida às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

**2.4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS:**

2.4.1. Conforme Cadastro Brasileiro de Ocupação (C.B.O.), da função a ser CONTRATADA para realizar os serviços de vigilância armada:

2.4.1.1. Código da Função: 5173-30 - Descrição Sumária: Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

2.4.2. A Contratada deverá instalar em prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da assinatura do contrato, escritório no Município de Sobral.



2.5. Requisitos gerais:

**2.5.1. Obrigações quanto à execução dos serviços de vigilância**

**2.5.1.1. Capacitação e regularidade profissional**

2.5.1.1.1. Garantir que todos os vigilantes estejam devidamente capacitados, treinados e regularizados conforme a legislação vigente.

2.5.1.1.2. Assegurar que os vigilantes portem, quando em serviço, a Carteira Nacional de Vigilante;

**2.5.1.2. Conduta e permanência no posto**

2.5.1.2.1. Manter os vigilantes devidamente uniformizados, identificados e com aparência pessoal adequada;

2.5.1.2.2. Assegurar que os vigilantes permaneçam em seus postos, não se afastando para atender solicitações não autorizadas;

2.5.1.2.3. Proibir a execução de atividades alheias ao objeto contratual durante o serviço;

2.5.1.2.4. Efetuar a rendição de forma adequada, com repasse de todas as informações relevantes;

**2.5.1.3. Controle de acesso e segurança patrimonial**

2.5.1.3.1. Controlar rigorosamente o acesso de pessoas, permitindo ingresso apenas quando autorizadas e identificadas;

2.5.1.3.2. Permitir o ingresso nas instalações administrativas, inclusive em finais de semana e feriados, somente de pessoas previamente autorizadas.

2.5.1.3.3. Proibir entrada de vendedores, ambulantes e aglomerações indevidas;

2.5.1.3.4. Controlar entrada e saída de veículos, com identificação e registro;

2.5.1.3.5. Fiscalizar volumes, objetos e equipamentos;

2.5.1.3.6. Permitir retirada de bens apenas mediante autorização formal;

2.5.1.3.7. Manter sob guarda as chaves das instalações;

**2.5.1.4. Monitoramento e prevenção**

2.5.1.4.1. Observar movimentações suspeitas nas imediações do posto e adotar medidas preventivas.

2.5.1.4.2. Realizar rondas periódicas com equipamento fornecido pela Administração;

2.5.1.4.3. Realizar vistorias nas instalações, verificando portas, janelas, iluminação e equipamentos ao final do expediente.

2.5.1.4.4. Proibir atividades comerciais ou guarda de objetos estranhos ao posto;

**2.5.1.5. Comunicação e registro de ocorrências**

2.5.1.5.1. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ou à Administração qualquer irregularidade verificada.

2.5.1.5.2. Registrar todas as ocorrências em livro próprio;

2.5.1.5.3. Controlar a frequência e pontualidade dos vigilantes.

2.5.1.5.4. Manter livro de ocorrências atualizado e devidamente visado;

2.5.1.5.5. Registrar e repassar corretamente informações recebidas por telefone.

**2.5.1.6. Atendimento a emergências**





2.5.1.6.1. Acionar os órgãos competentes em situações de emergência, tais como SAMU, Polícia, Corpo de Bombeiros, entre outros.

2.5.1.6.2. Facilitar a atuação das autoridades públicas, inclusive na indicação de testemunhas.

2.5.1.6.3. Utilizar armamento apenas em legítima defesa e proteção patrimonial, como último recurso;

2.5.1.7. Apoio ao público e à Administração

2.5.1.7.1. Prestar atendimento cortês e adequado ao público.

2.5.1.7.2. Garantir prioridade e assistência a pessoas com deficiência.

2.5.1.7.3. Cumprir programações definidas pela Administração;

2.5.1.8. Rotinas específicas operacionais

2.5.1.8.1. Manter afixados, em local visível no posto, telefones úteis de emergência e contatos institucionais;

2.5.1.8.2. Registrar ocorrências específicas operacionais, como abastecimento de caminhões-pipa e entrega de insumos, quando aplicável;

2.5.1.8.3. Cumprir procedimentos específicos definidos para unidades operacionais.

2.6. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

2.7. A proposta da(s) interessada(s) deverá(ão) ser redigidas em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela proponente ou seu representante legal.

2.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação da proponente, a serem especificados no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. NATUREZA DO OBJETO

2.9.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

### **4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

4.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada inicialmente no documento de formalização da demanda e em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 3.737 de 05 de setembro de 2025; Decreto Municipal nº 3.216 de 26 de julho de 2023 Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.



## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21 com base no Acórdão TCU nº. 2273/2024.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21 com base no Acórdão TCU nº. 2273/2024.

## 7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 7.2. Condições de Execução

7.2.1. A execução do serviço será feita mediante solicitação da CONTRATANTE, de acordo com a necessidade do serviço, iniciados em até 30 (trinta) dias corridos contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou documento equivalente.

7.2.1.1. A empresa contratada prestará os serviços de **vigilância patrimonial armada**, em regime **diurno e noturno**, nos **postos designados pela Contratante**, com jornada de trabalho estabelecida em **escala de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso**, abrangendo todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, conforme definição e necessidade da Contratante.

7.2.2. O prazo de entrega dos serviços excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do CONTRATANTE, devendo o CONTRATADO ser informado de forma antecipada de no mínimo 5 (cinco) dias corridos antes do prazo previsto para entrega.

7.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o CONTRATADO deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.2.4. A prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente do objeto da contratação, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados.

7.2.5. Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.2.6. Apresentar Comprovação de autorização para aquisição, posse e uso de armamento e munição, bem como apresentação dos respectivos registros das armas que serão utilizadas na execução contratual, nos termos da Lei nº 10.826/2003 e regulamentações da Polícia Federal, no prazo de (10) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

### 7.3. Da Garantia do Serviço

7.3.1. O prazo de garantia do serviços objeto da contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).





## **8. GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis.

8.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das



alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade máxima àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10. Cabe ao gestor do contrato, em tempo hábil, verificar o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do serviço**

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, aqueles em que assim couber, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação do fornecimento e/ou prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição/entrega de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus anexos, e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato,





em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços fornecidos/prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto/serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, e após recebimento definitivo correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente



acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada será solicitada da empresa contratada.

9.2.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **9.3. Prazo de pagamento**

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.3.2.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

### **9.4. Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, mantida em instituição financeira oficialmente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devendo os dados bancários serem informados pelo contratado para fins de processamento do pagamento.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9.5. Antecipação de pagamento**

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

10.1. O processo de contratação será por Licitação na modalidade Pregão, na forma





Eletrônica, critério de julgamento Menor Preço, modo de disputa Aberto e Fechado, com fundamento no Decreto Municipal nº 3.737, de 05/09/2025 e Lei 14.133/2021, conforme estabelecido no estudo técnico preliminar.

10.2. Serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da proponente de executar o objeto, conforme a seguir:

**10.2.1. Habilitação Jurídica:**

10.2.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

**10.2.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

**10.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº



5.452/1943;

10.2.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.2.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.2.2.9. Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

10.2.2.10. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o caso;

10.2.2.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.2.2.11.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.2.11.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

10.2.2.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

### **10.2.3 - Qualificação Econômico-financeira:**

10.2.3.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971.

10.2.3.2. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

10.2.3.3. **Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor.

10.2.3.4. No caso de **uma pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos**, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis exigíveis no subitem 10.2.3.3. deste Termo de Referência limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.





10.2.3.5. Tratando-se de **peças jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)**, admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal, sem prejuízo do cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor.

10.2.3.6. No caso das **demandas sociedades empresárias e empresa Individual**, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício deverão ser devidamente registrados na Junta Comercial, devendo serem assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

10.2.3.7. No caso de **MEI (Microempreendedor Individual)**, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício deverão ser apenas assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal do MEI.

10.2.3.8 Para fins da exigência das demonstrações contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor, deverá ser observado o regime de tributação e o enquadramento de cada empresa.

10.2.3.9. **Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1 (um)**, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);**

10.2.3.10. **Será exigido para fins de habilitação PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

10.2.3.11. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

10.2.3.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3.13. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá solicitar análise técnico-contábil dos documentos relativos à qualificação econômico-financeira das licitantes, com a finalidade de sanar dúvidas ou subsidiar seu julgamento, com emissão de parecer do setor/departamento e/ou assessoria contábil da Prefeitura de Sobral – CE.

## **10.2.5. Qualificação Técnico-operacional**

10.2.5.1. Comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidões fornecidas(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

10.2.5.2. Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante o(s) atestado(s) ou certidões deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) compatível(is) ao objeto licitado;

10.2.5.3. Fica facultado aos licitantes a apresentação de contrato ou instrumento hábil que comprove a prestação do serviço objeto do atestado de capacidade técnica mencionado no item anterior;

10.2.5.4. Caso o(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não explicitar(m) com clareza os serviços prestados, este(s) deverá(ão) ser acompanhado do respectivo contrato ou instrumento congênere que comprove o objeto da contratação.



10.2.5.5. Caso a apresentação do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não sejam suficientes para o convencimento do pregoeiro, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica, como preconiza o art. 64 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 3.737/2025.

10.2.5.6. Autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal, credenciando a empresa a exercer atividades de segurança privada, nos termos dos arts. 4º e 40, inciso I, da Lei nº 14.967/2024, bem como demais regulamentações aplicáveis regulamentações vigentes.

10.2.5.7. Documento de revisão de autorização de funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012.

*OBS: A licitante que apresentar a declaração do protocolo nos termos do item 10.2.5.7., fica obrigada a fornecer o documento de revisão de autorização no ato de celebração do contrato. Caso seu processo de revisão ainda esteja em trâmite nos termos do artigo 15 da Portaria nº 3.233-DG/DPF, de 10/12/2012, deverá apresentar o documento de revisão de autorização de funcionamento durante a vigência do contrato, devendo manter o Saae Sobral informado sobre o andamento do processo, ou impreterivelmente quando da formalização do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, caso ocorra.*

10.2.5.8. Certificado de Segurança expedido pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, comprovando a regularidade da empresa perante o órgão fiscalizador competente, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.967/2024 e regulamentações da Polícia Federal.

10.2.5.9. Comprovante de comunicação do início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação nos termos do art. 40, § 1º da Lei nº 14.967/2024, e art. 11 da Portaria nº 3.233-DG/DPF/2012.

10.2.5.10. Declaração ou autorização para aquisição e utilização de armamento e munições, bem como apresentação dos respectivos registros das armas destinadas à execução contratual, expedidos pelos órgãos competentes, nos termos da Lei nº 10.826/2003, da Lei nº 14.967/2024 e regulamentações da Polícia Federal.

10.2.5.11. As certidões ou atestados serão restritos às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, definidas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL DE PROFISSIONAIS	MÍNIMO EXIGIDO
1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	12	6
2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADOR POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	26	13

10.2.5.12. A qualificação técnico-operacional deverá comprovar que a licitante já executou contrato de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo a gestão de, no mínimo, 50% do quantitativo de profissionais previstos nesta contratação, independentemente da identidade absoluta do objeto, desde que compatível em complexidade, jornada e regime de trabalho.

10.2.5.13. Será admitida, para fins de comprovação de profissionais mínima, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.2.5.14. As certidões ou atestados devem demonstrar que o licitante tenha executado





serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 2 (dois) anos.

10.2.5.15. Não será admitida a apresentação de Atestado ou Declaração em nome de empresas subcontratadas.

10.2.5.16. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.2.5.17. A licitante disponibilizará, se for o caso, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser solicitados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.2.5.18. A licitante deve comprovar a ausência de sanção impeditiva à empresa e de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei Nº. 8.429/1992 e, art. 160 da Lei nº 14.133/2021 por meio de consulta dos seguintes cadastros: SICAF; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.2.5.19. Caso a apresentação do(s) atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) ou contratos não sejam suficientes para o convencimento, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.375.167,64 (três milhões trezentos e setenta e cinco mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)**.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da contratação correrão pela fonte de recursos desta secretaria/órgão, com as seguintes dotações:

<b>Órgão</b>	<b>Função, subfunção, Projeto Atividade</b>	<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	
2802	04.122.0009.2.465.0000	3.3.90.37.00	1.899.0000.00	Próprio do Saae

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1. As obrigações do Contratante estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

## **14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

14.1. As obrigações do Contratado estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

## **15. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR



**ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**1. Informações básicas**

Número do processo: **P429798/2026**

**1.1 Problema a ser resolvido**

A inexistência de serviço adequado de vigilância patrimonial armada nas unidades do SAAE de Sobral gera vulnerabilidade à segurança do patrimônio público, das instalações operacionais, dos equipamentos, dos servidores e dos usuários, aumentando o risco de furtos, roubos, invasões, vandalismo e outras ocorrências que possam causar prejuízos materiais, interrupção dos serviços essenciais e comprometimento da ordem e da integridade física das pessoas.

**2. Descrição da necessidade**

A contratação do serviço de vigilância patrimonial armada é necessária para assegurar a integridade física dos bens, instalações, equipamentos e demais ativos do SAAE de Sobral, bem como para garantir a segurança dos servidores, colaboradores e usuários que frequentam suas unidades operacionais.

A presença permanente de vigilantes armados constitui medida preventiva essencial para inibir e coibir ocorrências como invasões, furtos, roubos, depredações, acessos não autorizados e outras ações que possam resultar em danos ao patrimônio público ou comprometer o funcionamento das atividades institucionais da Autarquia.

A eventual interrupção ou ausência desse serviço ampliaria significativamente os riscos à segurança patrimonial, podendo ocasionar prejuízos materiais, comprometimento da continuidade dos serviços públicos prestados e impactos negativos à municipalidade. Dessa forma, a contratação da vigilância patrimonial armada mostra-se indispensável para a preservação do patrimônio público, a manutenção da ordem e a garantia da continuidade das atividades essenciais desenvolvidas pelo SAAE de Sobral.

**2.1. Classificação: Serviço Comum.**

**2.2. Previsão no plano de contratações anual**

O objeto do presente estudo técnico preliminar consta no Plano de Contratações Anual do exercício de 2026, registrado através do DFD nº 25.08.15.353-06, disponível para consulta no Portal de Compras da Prefeitura de Sobral no link de acesso: <https://licitacoes.sobral.ce.gov.br/pca/cat:pca-2026>. O PCA 2026 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) de Sobral está publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, com o código ID nº 07598634000137-0-000018/2026, link de acesso: <https://pncp.gov.br/app/pca/07598634000137/2026> nos termos do Decreto Municipal nº 3.640, de 03/02/2025.

**3. Área requisitante**

SETOR REQUISITANTE	RESPONSÁVEL PELO SETOR
Gerência de Patrimônio e Suprimentos	Nome: João Batista Fernandes do Nascimento Matrícula: 37939 E-mail: jbatista@saaesobral.com.br

**4. Descrição dos requisitos da contratação**





4.1. O processo de contratação do objeto do presente estudo técnico preliminar deverá ser de acordo com a Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 3.215, 3.218, e 3.219, de 26/07/2023 e Decreto Municipal 3.737 de 05 de setembro de 2025, bem como as demais normas vigentes aplicáveis às contratações públicas.

4.2. Natureza: Serviço Comum de Natureza Contínua.

**4.2.1. Justificativa para o Serviço Contínuo:**

Justifica-se a classificação da natureza dos serviços de vigilância patrimonial armada como serviço continuado pois trata-se de **uma atividade ininterrupta e essencial** para garantir a segurança das instalações, do patrimônio público, dos servidores e dos usuários do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral. A descontinuidade do serviço poderia ocasionar **riscos à integridade física das pessoas, prejuízos ao patrimônio público e comprometimento da continuidade das atividades institucionais**, razão pela qual sua execução deve ocorrer de forma contínua ao longo do tempo.

4.3. Para prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto deste estudo técnico preliminar, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O licitante mais bem classificado terá o prazo **de 2 (Duas) horas** após a negociação realizada para enviar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado, nos termos do Art. 52 do Decreto Municipal nº 3737/2025.

4.5. O licitante vencedor deverá enviar no prazo **de 2 (Duas) horas** contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

4.5.1. Justificativa da adoção do prazo de 2 (duas) horas para envio da proposta adequada e documentos de habilitação:

O prazo de duas horas para o envio de proposta adequada e dos documentos de habilitação pelos licitantes, encontra amparo normativo, fundamento técnico e respaldo em prática administrativa consolidada no âmbito da Administração Pública municipal. De início, cumpre esclarecer que a Lei nº 14.133/2021 não estabelece prazo mínimo ou máximo. Assim, cabe à Administração, no exercício da discricionariedade técnica e administrativa, definir o prazo que melhor atenda à natureza e à celeridade do procedimento, respeitados os princípios da razoabilidade, eficiência e isonomia.

O prazo de duas horas foi fixado nos termos do art. 52 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, que expressamente prevê que o edital de licitação “deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas e no máximo vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado”, se aplicando, por analogia, aos documentos de habilitação, prática administrativa que encontra respaldo na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), cujo art. 4º autoriza a utilização da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito para suprir lacunas normativas. O prazo fixado visa, portanto, garantir a continuidade da sessão pública eletrônica, evitando interrupções desnecessárias e assegurando a tempestividade do certame.



Além disso, o edital prevê mecanismos de flexibilidade e garantias procedimentais que afastam qualquer risco de restrição à competitividade ou tomada de decisões desarrazoadas. Devendo ser expressamente previsto no instrumento convocatório que o prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado e justificado pelo licitante. Os editais das licitações da Prefeitura de Sobral já permitem a verificação automática da documentação de habilitação no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), o que desonera o participante do envio manual de parte dos documentos e simplifica a comprovação dos requisitos de habilitação. Ademais, em conformidade com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento convocatório também deverá prever a realização de diligências para complementação ou atualização de informações, quando necessário, especialmente para fatos preexistentes à sessão pública ou para atualização de documentos com validade expirada após a apresentação das propostas.

#### 4.6. Da execução dos serviços:

4.6.1. A execução dos itens contratados será por ordem de serviço, com prazo de início/execução de 30 (trinta) dias corridos a partir do seu recebimento, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração.

4.7. Execução: Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de liquidação e pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

4.8. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido executados com eficiência e qualidade.

#### 4.11. Da Garantia de Execução Contratual:

4.11.1. A contratação conta com **garantia de execução**, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato, nas seguintes modalidades:

a) – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) – seguro-garantia;

c) – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.11.2. Fica fixado o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia, nos termos do § 3º, Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

#### 4.11.3. Justificativa para Exigência de Garantia da Contratação:

4.11.3.1. A exigência de garantia de execução contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada durante toda a vigência do contrato, considerando tratar-se de serviço continuado e essencial para a proteção das





instalações, equipamentos, patrimônio público, servidores e usuários das unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral.

A prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada envolve a disponibilização permanente de mão de obra especializada, submetida à legislação trabalhista e às normas específicas da atividade de segurança privada. Nesse contexto, a exigência de garantia contratual atua como instrumento de mitigação de riscos administrativos, operacionais e financeiros, especialmente quanto ao eventual descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e contratuais por parte da empresa contratada.

Destaca-se, ainda, o risco de inadimplemento no pagamento de salários, encargos sociais, benefícios e demais verbas trabalhistas dos vigilantes dentro dos prazos previstos na legislação trabalhista, tendo em vista que, em contratos administrativos, o prazo de pagamento da Administração Pública pode ser superior ao prazo legal de pagamento dessas obrigações. Tal situação pode gerar paralisação dos serviços, passivos trabalhistas e até responsabilização subsidiária da Administração Pública.

Além disso, a eventual interrupção ou prestação inadequada dos serviços de vigilância pode comprometer a segurança das unidades operacionais do SAAE de Sobral, expondo o patrimônio público a riscos de furtos, depredações e outros danos, bem como afetando a continuidade e regularidade dos serviços públicos essenciais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Dessa forma, a garantia contratual constitui mecanismo de proteção ao interesse público, assegurando recursos para eventual ressarcimento de prejuízos decorrentes do descumprimento contratual e incentivando a adequada execução do objeto contratado, em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.12. Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no Termo de Referência.

4.13. Do detalhamento dos serviços a serem prestados:

4.13.1. Conforme Cadastro Brasileiro de Ocupação (C.B.O.), da função a ser CONTRATADA para realizar os serviços de vigilância armada:

4.13.1.1. Código da Função: 5173-30 - Descrição Sumária: Vigiam dependências e áreas

públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas,

do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recebem e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas

e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques

e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se

via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

4.13.2. A Contratada deverá instalar em prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da assinatura do contrato, escritório no Município de Sobral.



#### 4.13.2.1. Justificativa da exigência de escritório.

A exigência de instalação de escritório da contratada no Município de Sobral, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da assinatura do contrato, justifica-se pela natureza contínua, operacional e sensível dos serviços de vigilância patrimonial armada, os quais demandam acompanhamento próximo, atuação imediata e suporte constante às equipes em campo. Trata-se de serviço que envolve a proteção de bens públicos e a integridade das unidades operacionais, exigindo não apenas a presença dos vigilantes nos postos, mas também uma estrutura de retaguarda eficiente e acessível.

A manutenção de uma base física no município possibilita maior agilidade no atendimento de ocorrências emergenciais, como tentativas de invasão, furtos ou quaisquer situações que comprometam a segurança das instalações, permitindo pronta atuação da empresa contratada. Além disso, favorece a supervisão direta e contínua dos postos de trabalho, contribuindo para o controle de qualidade dos serviços prestados e para o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

A presença local também se mostra essencial para assegurar a rápida substituição de profissionais em casos de faltas, afastamentos ou necessidade de reforço operacional, evitando descontinuidade na prestação dos serviços. Soma-se a isso a melhoria na comunicação entre a contratada e a Administração, permitindo tratativas mais céleres e eficazes, tanto em situações rotineiras quanto emergenciais.

Do ponto de vista logístico, a existência de escritório no município facilita a gestão e distribuição de recursos indispensáveis à execução contratual, como uniformes, equipamentos e armamentos, garantindo maior eficiência operacional. Ressalta-se, ainda, que a exigência não restringe a competitividade do certame, uma vez que não se trata de condição prévia de habilitação, sendo concedido prazo razoável para que a empresa vencedora providencie sua instalação local.

Dessa forma, a medida visa assegurar a adequada execução dos serviços, promovendo maior eficiência, segurança e continuidade, em estrita observância ao interesse público.

4.13.3. A Contratada deverá, como condição para início e manutenção da execução contratual, comprovar sua regularidade de funcionamento mediante a apresentação de Autorização de Funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos da Lei Nº 14.197/2024 aplicável à atividade de segurança privada.

#### 4.14. Requisitos gerais:

##### **4.14.1. Capacitação e regularidade profissional**

4.14.1.1. Garantir que todos os vigilantes estejam devidamente capacitados, treinados e regularizados conforme a legislação vigente.

4.14.1.2. Assegurar que os vigilantes portem, quando em serviço, a Carteira Nacional de Vigilante.

##### **4.14.2. Conduta e permanência no posto**

4.14.2.1. Manter os vigilantes devidamente uniformizados, identificados e com aparência pessoal adequada.

4.14.2.2. Assegurar que os vigilantes permaneçam em seus postos, não se afastando para atender solicitações não autorizadas.





4.14.2.3. Proibir a execução de atividades alheias ao objeto contratual durante o serviço.

4.14.2.4. Efetuar a prestação de forma adequada, com repasse de todas as informações relevantes.

#### **4.14.3. Controle de acesso e segurança patrimonial**

4.14.3.1. Controlar rigorosamente o acesso de pessoas, permitindo ingresso apenas quando autorizadas e devidamente identificadas.

4.14.3.2. Proibir a entrada de vendedores, ambulantes e aglomerações indevidas nas imediações do posto.

4.14.3.3. Permitir o ingresso nas instalações administrativas, inclusive em finais de semana e feriados, somente de pessoas previamente autorizadas.

4.14.3.4. Controlar a entrada e saída de veículos, com identificação do condutor e registro de placa.

4.14.3.5. Fiscalizar volumes, objetos, equipamentos e similares.

4.14.3.6. Permitir a retirada de bens apenas mediante autorização formal da autoridade competente.

4.14.3.7. Manter sob guarda e responsabilidade as chaves das instalações.

#### **4.14.4. Monitoramento e prevenção**

4.14.4.1. Observar movimentações suspeitas nas imediações do posto e adotar medidas preventivas.

4.14.4.2. Realizar rondas periódicas com utilização de equipamentos fornecidos pela Administração.

4.14.4.3. Realizar vistorias nas instalações, verificando portas, janelas, iluminação e equipamentos ao final do expediente.

4.14.4.4. Proibir atividades comerciais ou guarda de objetos estranhos ao posto.

#### **4.14.5. Comunicação e registro de ocorrências**

4.14.5.1. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ou à Administração qualquer irregularidade verificada.

4.14.5.2. Registrar todas as ocorrências em livro próprio.

4.14.5.3. Controlar a frequência e pontualidade dos vigilantes.

4.14.5.4. Manter livro de ocorrências atualizado e devidamente visado.

4.14.5.5. Registrar e repassar corretamente informações recebidas por telefone.

#### **4.14.6. Atendimento a emergências**

4.14.6.1. Acionar os órgãos competentes em situações de emergência, tais como SAMU, Polícia, Corpo de Bombeiros, entre outros.

4.14.6.2. Facilitar a atuação das autoridades públicas, inclusive na indicação de testemunhas.

4.14.6.3. Utilizar armamento exclusivamente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na proteção do patrimônio.

#### **4.14.7. Apoio ao público e à Administração**



4.14.7.1. Prestar atendimento cortês e adequado ao público.

4.14.7.2. Garantir prioridade e assistência a pessoas com deficiência.

4.14.7.3. Cumprir as programações definidas pela Administração.

#### **4.14.8. Rotinas específicas operacionais**

4.14.8.1. Manter afixados, em local visível no posto, telefones úteis de emergência e contatos institucionais.

4.14.8.2. Registrar ocorrências específicas operacionais, como abastecimento de caminhões-pipa e entrega de insumos, quando aplicável.

4.14.8.3. Cumprir procedimentos específicos definidos para unidades operacionais.

4.15. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

4.16. A proposta da(s) interessada(s) deverá(ão) ser redigidas em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela proponente ou seu representante legal.

4.17. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação da proponente, a serem especificados no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **4.18. Qualificação Técnico – Operacional.**

4.18.1. Autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal, credenciando a empresa a exercer atividades de segurança privada, nos termos dos arts. 4º e 40, inciso I, da Lei nº 14.967/2024, bem como demais regulamentações vigentes.

4.18.2. Documento de revisão de autorização de funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012.

*OBS: A licitante que apresentar a declaração do protocolo nos termos do item 4.18.2., fica obrigada a fornecer o documento de revisão de autorização no ato de celebração do contrato. Caso seu processo de revisão ainda esteja em trâmite nos termos do artigo 15 da Portaria nº 3.233-DG/DPF, de 10/12/2012, deverá apresentar o documento de revisão de autorização de funcionamento durante a vigência do contrato, devendo manter a o Saae Sobral informado sobre o andamento do processo, ou impreterivelmente quando da formalização do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, caso ocorra.*

4.18.3. Certificado de Segurança expedido pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, comprovando a regularidade da empresa perante o órgão fiscalizador competente, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.967/2024 e regulamentações da Polícia Federal.

4.18.4. Comprovante de comunicação do início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação nos termos do art. 40, § 1º da Lei nº 14.967/2024, e art. 11 da Portaria nº 3.233-DG/DPF/2012.

4.18.5. Declaração ou autorização para aquisição e utilização de armamento e munições, bem como apresentação dos respectivos registros das armas destinadas à execução contratual, expedidos pelos órgãos competentes, nos termos da Lei nº





10.826/2003, da Lei nº 14.967/2024 e regulamentações da Polícia Federal.

4.18.6. As certidões ou atestados serão restritos às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, definidas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL DE PROFISSIONAIS	MÍNIMO EXIGIDO
1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	12	6
2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADOR POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	26	13

4.18.7. A qualificação técnico-operacional deverá comprovar que a licitante já executou contrato de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo a gestão de, no mínimo, 50% do quantitativo de profissionais previstos nesta contratação, independentemente da identidade absoluta do objeto, desde que compatível em complexidade, jornada e regime de trabalho.

4.18.8. Será admitida, para fins de comprovação de profissionais mínima, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.18.9. As certidões ou atestados devem demonstrar que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 2 (dois) anos.

4.18.10. Não será admitida a apresentação de Atestado ou Declaração em nome de empresas subcontratadas.

4.18.11. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.18.12. A licitante disponibilizará, se for o caso, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser solicitados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.18.13. A licitante deve comprovar a ausência de sanção impeditiva à empresa e de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei Nº. 8.429/1992 e, art. 160 da Lei nº 14.133/2021 por meio de consulta dos seguintes cadastros: SICAF; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

4.18.14. Caso a apresentação do(s) atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) ou contratos não sejam suficientes para o convencimento, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica.

#### **4.18.15. Justificativa para exigência dos documentos:**

A exigência de documentos de qualificação técnica e comprovação de atendimento a requisitos previstos em legislação especial têm por finalidade assegurar que a empresa a ser contratada possua capacidade técnica, operacional e legal para executar adequadamente os serviços de vigilância patrimonial armada nas

dependências das unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral.

Os serviços objeto desta contratação envolvem atividades de segurança privada, caracterizadas pela disponibilização contínua de mão de obra especializada, devidamente treinada e autorizada para o exercício da função, bem como pela utilização de armamento e munições, cuja atividade é regulamentada por legislação federal específica e fiscalizada pela Polícia Federal. Dessa forma, a exigência de documentos como autorização de funcionamento, certificado de segurança e autorização para aquisição e uso de armamento constitui requisito indispensável para comprovar a regularidade da empresa junto aos órgãos competentes e sua aptidão para atuar no setor de segurança privada.

No que se refere à qualificação técnico-operacional, a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica visa demonstrar que a licitante possui experiência prévia na execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, em quantitativo compatível com o objeto desta contratação. A exigência de comprovação mínima correspondente a 50% do quantitativo de profissionais previstos no contrato encontra amparo na legislação de licitações e na jurisprudência dos tribunais de contas, sendo considerada medida adequada e proporcional para garantir que a empresa possua estrutura administrativa, operacional e financeira suficiente para gerenciar equipes de vigilância em escala semelhante à pretendida pela Administração.

A definição das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, considerando os postos de vigilância armada diurnos e noturnos, tem como objetivo assegurar que a experiência comprovada pelas licitantes esteja diretamente relacionada às atividades essenciais do contrato, garantindo maior segurança na seleção da proposta mais vantajosa e reduzindo riscos de inexecução contratual.

Adicionalmente, a exigência de comprovação de ausência de sanções impeditivas, bem como a possibilidade de realização de diligências para verificação da autenticidade dos atestados apresentados, busca preservar a lisura do certame, assegurar a contratação de empresas idôneas e proteger a Administração Pública contra riscos decorrentes de inadimplemento contratual, irregularidades trabalhistas ou descumprimento de normas aplicáveis à atividade de vigilância.

Dessa forma, as exigências estabelecidas mostram-se necessárias, proporcionais e compatíveis com a natureza e a complexidade do objeto contratado, contribuindo para a seleção de empresa tecnicamente qualificada e legalmente habilitada para a adequada prestação dos serviços, em observância aos princípios da legalidade, da eficiência, da segurança da contratação e da proteção do interesse público.

#### **4.19. Da subcontratação:**

4.19.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto do presente estudo técnico preliminar, nos termos do caput do Art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e dos artigos 90 e 91 do Decreto Municipal nº 3737/2025.

##### **4.19.1.1. Justificativa para vedação da subcontratação:**

A vedação à subcontratação do objeto contratual justifica-se pela natureza estratégica, sensível e operacional dos serviços de vigilância patrimonial armada a serem prestados no âmbito do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral. Trata-se de serviço continuado e essencial, que envolve atividades diretamente





relacionadas à segurança das instalações, do patrimônio público, dos servidores e dos usuários, bem como à preservação da ordem e da integridade física das pessoas.

A execução do serviço exige controle rigoroso, padronização de procedimentos, disciplina operacional e responsabilidade direta da empresa contratada, incluindo a gestão do efetivo, a seleção e o treinamento dos vigilantes, o porte e o uso de armamento, a observância das normas da Polícia Federal e da legislação específica do setor. A admissão de subcontratação poderia fragilizar o controle administrativo, dificultar a fiscalização contratual e comprometer a segurança, além de gerar riscos quanto à responsabilização por eventuais falhas, ilícitos ou danos causados no exercício da atividade.

Considerando que o objeto demanda estrutura própria, autorização legal, capacidade técnica comprovada, efetivo qualificado e supervisão permanente, a execução deve ser realizada exclusivamente pela empresa contratada, evitando-se a fragmentação do serviço ou a atuação de terceiros sem vínculo direto com o contrato.

Dessa forma, a vedação à subcontratação assegura maior eficiência, confiabilidade, continuidade e segurança na execução dos serviços, bem como o pleno atendimento às exigências legais e regulamentares aplicáveis à vigilância armada, resguardando o interesse público e a regularidade das atividades desenvolvidas pelo SAAE Sobral.

#### **4.20. Da previsão de consórcio:**

4.20.1. É vedada a participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

##### **4.20.1.1. Justificativa para Não Participação de Consórcio**

Acerca dos Consórcios este Município, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral informa que é obrigatória a participação dos mesmos em procedimento licitatório, conforme artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021, contudo quando vedada sua participação, deverá ser devidamente justificada.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, ou seja, nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração

Sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo



de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

A decisão do Saae Sobral, pela vedação à participação de consórcio é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação entre os riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

Diante do exposto e considerando que existem diversas empresas com capacidade para fornecer o objeto deste Edital, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral, decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição a competitividade, economicidade e moralidade.

#### 4.20.1.2. Jurisprudência sobre a vedação ao consórcio:

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União também tem sido pertinente ao abordar a discricionariedade da Administração para decidir sobre a vedação da participação de consórcio de empresas em licitação, expondo as devidas justificativas e motivações, veja:

*“Acórdão TCU nº 1170/2025 – Plenário (Denúncia, Relator Ministro Jhonatan de Jesus): No âmbito da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o silêncio do edital acerca da participação de consórcio de empresas em certame licitatório equivale à sua autorização, ao passo que a decisão quanto à vedação dessa participação, por ser discricionária, deve estar prevista no instrumento convocatório e devidamente motivada no processo administrativo (art. 15 da Lei 14.133/2021).”*

*“Acórdão TCU nº 2214/2025 – Segunda Câmara (Representação, Relator Ministro Augusto Nardes): A decisão pela vedação de participação de consórcios de empresas em licitação é discricionária, devendo ser devidamente motivada no processo administrativo.”*

#### 4.21. Sustentabilidade Ambiental:

A contratação de serviços de vigilância patrimonial armada não implica consumo intensivo de recursos naturais. Ainda assim, a empresa contratada deverá adotar **práticas ambientalmente responsáveis**, tais como a utilização preferencial de **meios digitais para registros operacionais, escalas de serviço, relatórios de ocorrências e comunicação com a fiscalização do contrato**, reduzindo o uso de papel. Sempre que possível, deverão ser observadas medidas de **uso racional de energia elétrica, água e outros recursos**, especialmente nas instalações sob sua responsabilidade, contribuindo para a preservação ambiental.

#### 4.22. Sustentabilidade Econômica:

A contratação visa assegurar o **equilíbrio entre custo e benefício**, garantindo a prestação de serviço de vigilância patrimonial armada com **qualidade, eficiência e valores compatíveis com os praticados no mercado**, de modo a proteger o patrimônio público, as instalações, os servidores e os usuários do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral. Trata-se de investimento que **previne perdas patrimoniais, danos materiais e riscos à integridade física**, reduzindo custos decorrentes de furtos, vandalismo e interrupções operacionais, e contribuindo para a





**continuidade, segurança e eficiência dos serviços públicos** prestados pelo SAAE.

#### **4.23. Serão exigidos Índices de Qualificação Econômico-Financeira.**

##### **4.23.1. Justificativa para exigência de Índices para Qualificação Econômico-Financeira:**

Para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes, será considerado o índice de Liquidez Geral. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo.

Será exigido índice de liquidez, não inferior a 1,0 (um), de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

Ademais, índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que poderá comprometer a continuidade das atividades da empresa, como também, atrasos ou não entrega do objeto licitado.

O índice estabelecido atende o § 1º do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, pois permite a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, e não inferior a 1,0 (um), atende os valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas, não frustrando ou restringindo assim o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

O índice de Liquidez Geral é apurado conforme fórmula abaixo:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}).$$

Ressalta-se que, caso o licitante apresente resultado inferior a 1,0 (um), será exigido para fins de habilitação, PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

O atendimento do índice econômico ora solicitado deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Destaca-se que empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021, para fins de comprovação das condições exigidas.

## **5. Levantamento de mercado**

5.1. O objetivo deste levantamento é identificar e analisar as alternativas disponíveis para auxiliar o Saae Sobral orçamentárias da Prefeitura do Município de Sobral no fornecimento e/ou execução dos serviços objeto deste ETP, além de justificar a escolha da solução mais adequada.

5.2. Em análise ao mercado, foram realizadas consultas no Portal Nacional de



Contratações Públicas e no site do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, em anexo, e identificamos 02 (duas) alternativas que podem suprir a necessidade, vejamos:

**Solução 1**

<b>Solução 1 – Contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial armada, com disponibilização de vigilantes em postos fixos</b>	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Atendimento contínuo e permanente às necessidades de segurança;</li><li>- Presença física ininterrupta, com efeito preventivo contra furtos, roubos e atos de vandalismo;</li><li>- Responsabilidade integral da contratada quanto à gestão do efetivo, capacitação e cumprimento das normas legais;</li><li>- Modelo amplamente utilizado pela Administração Pública, com vasta oferta no mercado e facilidade de fiscalização.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Custo mais elevado em razão da manutenção de postos fixos de vigilância;</li><li>- Necessidade de fiscalização contínua para garantir a correta execução do contrato.</li></ul>

**Solução 2**

<b>Solução 2 – Contratação de serviços de segurança patrimonial sem vigilância armada (vigilância desarmada ou monitoramento eletrônico)</b>	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Menor custo em comparação à vigilância armada;</li><li>- Redução de riscos associados ao uso de armamento;</li><li>- Possibilidade de integração com sistemas tecnológicos de segurança.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Menor capacidade de resposta a situações de risco elevado;</li><li>- Eficiência limitada para locais com alto fluxo de pessoas, bens e equipamentos;</li><li>- Insuficiência para atender plenamente às necessidades de segurança do SAAE Sobral, considerando a natureza e a extensão de suas instalações.</li></ul>

**5.3. Análise Comparativa de Soluções:**

<b>Nº</b>	<b>SOLUÇÃO</b>	<b>CUSTO INICIAL</b>	<b>PRAZO DE IMPLANTAÇÃO</b>	<b>QUALIDADE</b>	<b>SUSTENTABILIDADE E LONGO PRAZO</b>	<b>FLEXIBILIDADE</b>
S-01	Contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial armada, com postos fixos	MÉDIO	CURTO	ALTA	MÉDIO	ALTA
S-02	Contratação de serviços de	BAIXO	MÉDIO	VARIÁVEL	ALTO	MÉDIA





	segurança sem vigilância armada (vigilância desarmada e/ou monitoramento eletrônico)					
--	---	--	--	--	--	--

#### 5.4. Justificativa da Escolha da Solução

Após análise das alternativas, a solução mais recomendada é a **solução 1, contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial armada, com postos fixos de vigilância**. Tal opção promove o atendimento das necessidades descritas, tendo em vista que **assegura proteção contínua e eficaz às instalações, ao patrimônio público, aos servidores e aos usuários, com presença física permanente e pronta capacidade de resposta a situações de risco**. Essa alternativa de contratação se destaca por ser a solução mais completa e viável para atender as necessidades das Secretarias demandantes, além de oferecer **maior confiabilidade operacional, padronização dos procedimentos de segurança, responsabilidade direta da contratada e conformidade com as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço**.

#### 5.5. Alternativas para a regularização da contratação

Os serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar são classificados como “serviços comuns”, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado.

Para fins de regularização da contratação, foram analisadas as seguintes alternativas:

##### a) Realização de licitação na modalidade pregão eletrônico (solução adotada)

Consiste na instauração de procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço, conforme previsto no inciso XLI do art. 6º, no inciso I do art. 28 e no inciso I do art. 33 da Lei nº 14.133/2021. **Vantagens:** amplia a competitividade, assegura transparência, promove maior economicidade e permite a seleção da proposta mais vantajosa.

**Desvantagens:** demanda prazo para conclusão do certame.

##### b) Prorrogação contratual (quando cabível)

Aplicável na hipótese de existência de contrato vigente passível de prorrogação, especialmente em se tratando de serviços contínuos.

**Vantagens:** garante a continuidade dos serviços sem interrupção e reduz o tempo necessário para nova contratação.

**Desvantagens:** depende da existência de contrato válido, da demonstração de vantajosidade e da manutenção das condições contratuais.

##### c) Contratação emergencial

Admissível em situações excepcionais, quando caracterizada urgência que possa ocasionar prejuízo ou risco à continuidade do serviço público.

**Vantagens:** permite resposta rápida para evitar descontinuidade de serviço essencial.



**Desvantagens:** possui caráter temporário, exige justificativa robusta e não substitui a necessidade de realização de licitação regular.

**d) Adesão à ata de registro de preços (carona)**

Possibilidade de contratação por meio de adesão a ata vigente de outro órgão ou entidade, desde que comprovada a vantajosidade e compatibilidade com o objeto.

**Vantagens:** maior celeridade e redução de custos administrativos.

**Desvantagens:** depende da existência de ata compatível e de anuência dos órgãos envolvidos, podendo haver limitações quanto às especificações do objeto.

**Conclusão**

Dentre as alternativas analisadas, a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, mostra-se a solução mais adequada para a regularização da contratação, por assegurar ampla competitividade, transparência e economicidade, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

**6. Estimativa das quantidades a serem contratadas**

6.1 A estimativa das quantidades foi elaborada com base nas necessidades (contínuas ou não) das Secretarias demandantes, garantindo conformidade com a legislação e eficiência na execução contratual e consecução do interesse público envolvido.

6.2. Justificativa para os quantitativos estimados.

6.2.1. A estimativa de consumo dos itens desse processo é justificada com base nos seguintes critérios: quantidade de postos já existentes e novos equipamentos.

6.2.2. Memória de cálculo:

Item	Especificação	Unid.	QUANT.	QUANT. DE POSTOS	CONTRATO 016/2021	Qtde. Liquidada de postos	Média Da Qtde. Liquidada
1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	MÊS	12	05	2023	4	4
					2024	4	
					2025	4	
2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	MÊS	12	10	2023	8	6
					2024	6	
					2025	6	

As demandas dos quantitativos necessárias do referente processo são:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Média da quantidade de postos liquidada	Quantidade necessária
1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	MÊS	12	4	6





2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	MÊS	12	6	13
---	--	-----	----	---	----

#### **Justificativa para o aumento.**

Atualmente, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Sobral mantém 04 (quatro) postos de vigilância diurnos e 06 (seis) postos de vigilância noturnos, distribuídos em unidades com demanda permanente e previamente definidas.

Considerando a ampliação das atividades operacionais, a necessidade de reforço da segurança patrimonial e a avaliação de risco das instalações sob responsabilidade da Autarquia, faz-se necessária a contratação de 06 (seis) postos diurnos e 13 (treze) postos noturnos de vigilância patrimonial, em regime diurno e noturno, respectivamente.

Desses quantitativos, 04 (quatro) postos diurnos e 11 (onze) postos noturnos correspondem a locais já definidos, sendo que, no período noturno, haverá a inclusão de 05 (cinco) novos postos em unidades previamente identificadas, em razão do aumento da demanda e da necessidade de reforço da segurança nesses locais.

Os demais postos, sendo 02 (dois) postos diurnos e 02 (dois) postos noturnos, destinam-se ao atendimento de necessidades eventuais, temporárias ou supervenientes, que, por sua natureza, não permitem a definição prévia e permanente de local de prestação dos serviços.

A previsão desses postos eventuais justifica-se diante das características operacionais do SAAE de Sobral, que administra unidades administrativas, operacionais e técnicas distribuídas no território municipal, sujeitas a variações de risco decorrentes de fatores como abertura de frentes de serviço, execução de obras, ativação temporária de instalações, ocorrência de atos de vandalismo, furtos, danos ao patrimônio público, situações emergenciais ou reforço de segurança em atividades extraordinárias.

Ressalta-se que os postos destinados ao atendimento de necessidade eventual somente serão ativados mediante ordem de serviço da Contratante, com indicação expressa do local, período e jornada, não caracterizando contratação fictícia ou ociosidade. O pagamento ocorrerá exclusivamente pelos postos efetivamente ativados e em operação, inexistindo qualquer ônus financeiro enquanto não houver demanda.

Dessa forma, a contratação do quantitativo total de 06 (seis) postos diurnos e 13 (treze) postos noturnos representa medida de planejamento preventivo e racional, assegurando a continuidade, a eficiência e a economicidade do serviço de vigilância patrimonial, além de permitir resposta célere a demandas imprevistas, sem necessidade de contratações emergenciais ou aditivos contratuais.

#### **6.2.3. Locais onde serão utilizados:**

LOCAL DE EXECUÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	POSTOS DIURNO	VIGILANTES DIURNO	POSTOS NOTURNO	VIGILANTES NOTURNO
-------------------	------	-----------	---------------	-------------------	----------------	--------------------



# PREFEITURA DE SOBRAL

Prédio Dir. Administrativa Rua Doutor Monte, 563 – Centro, Sobral - CE	1.	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	1	2	0	0
	2.	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
Prédio Dir. Operacional Rua Antonio R. Magalhães S/N Dom Exedito Sobral - CE	1.	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	1	2	0	0
	2.	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	2	4
Prédio ETA Sumaré BR 222, KM 225, Estrada Córrego da Onça Bairro Sumaré, Sobral/CE	1.	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	1	2	0	0
	2.	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
Captação do Rio Jaibaras Sumaré BR 222, KM 225, Estrada Córrego da Onça Bairro Sumaré, Sobral/CE	1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	1	2	0	0
	2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
Captação de Água bruta do Rio Acaraú, estrada do Bonfim, acesso a 340 metros da BR-222	2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
Estação de Tratamento de Água – Loteamento Morada dos Ventos III Rua Antônio Madeira Filho, Bairro Pedro Mendes, Sobral, Ceará	2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2





# PREFEITURA DE SOBRAL

Captação de Água bruta- Loteamento Morada dos Ventos III Avenida Martha Saboia, Bairro Maria do Carmo, Sobral, Ceará	2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
Estação de Tratamento de Esgoto – Renato Parente 02 Avenia Joaquim Liberato Sobrinho, Bairro Renato Parente, Sobral, Ceará	2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
Estação de Tratamento de Esgoto – Renato Parente 01 Rua Francisco Ferreira da Ponte, Bairro Renato Parente, Sobral, Ceará	2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
ETE Derby Clube Rua Dr. Guarany S/N Derby Clube Sobral - CE	2.	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
Posto passível de ativação	1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	1	2	0	0
Posto passível de ativação	1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	1	2	0	0
Posto passível de ativação	2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
Posto passível de ativação	2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	0	0	1	2
<b>TOTAIS</b>			<b>6</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>26</b>

## 7. Estimativa do valor da contratação

7.1. As unidades de medida de cada item da contratação, a quantidade estimada dos bens e o valor estimado na contratação baseou-se nos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei 14.133/2021, bem como no art. 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, de forma que a



# PREFEITURA DE SOBRAL

mesma também poderá ser utilizada para fins de elaboração do Termo de Referência. As memórias de cálculo e documentos que lhe deram suporte, constam em anexo a este ETP, bem como as devidas justificativas.

## 7.2. Referência de preços:

A composição dos valores de referência de cada item encontra-se detalhada no **Anexo 1 – Planilha de Composição de Custos** deste Estudo Técnico Preliminar.

ITEM	DESCRIÇÃO	JORNADA	UNID./MEDIDA	VALOR UNITÁRIO POR POSTOS	QUANTIDADE TOTAL DE POSTOS	QUANTIDADE TOTAL DE COLABORADORES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	12X36	MÊS	R\$ 13.075,53	6	12	R\$ 78.453,18	R\$ 941.438,16
2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	12X36	MÊS	R\$ 15.600,83	13	26	R\$ 202.810,79	R\$ 2.433.729,48
TOTAL					19	38	R\$ 281.263,97	R\$ 3.375.167,64

7.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.375.167,64 (Três milhões trezentos e setenta e cinco mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)**.

7.3.1. A divergência entre o valor estimado constante na Demanda de Formalização de Demanda (DFD) e o valor atualizado do presente processo licitatório decorre de fatores supervenientes identificados no decorrer da fase de planejamento da contratação, os quais impactaram diretamente na composição dos custos.

Inicialmente, destaca-se que a DFD foi elaborada com base na realidade contratual anterior, considerando o quantitativo de 15 (quinze) postos de vigilância. Contudo, durante os estudos técnicos e levantamento das necessidades atuais das unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral, verificou-se a necessidade de ampliação do quadro para 19 (dezenove) postos de vigilância, distribuídos entre turnos diurnos e noturnos, com o objetivo de assegurar maior cobertura, reforço da segurança patrimonial e mitigação de riscos operacionais.

Adicionalmente, ressalta-se que a estimativa inicial da DFD foi baseada na Convenção Coletiva de Trabalho vigente à época (ano de 2025). Entretanto, no curso da instrução processual, houve a atualização para a Convenção Coletiva de Trabalho do ano de 2026, a qual trouxe reajustes salariais, atualização de benefícios e demais encargos trabalhistas aplicáveis à categoria profissional, impactando diretamente no custo da mão de obra, que representa parcela significativa do objeto contratado.

Dessa forma, a combinação do aumento quantitativo dos postos de vigilância, aliado à atualização obrigatória dos custos trabalhistas conforme a nova convenção coletiva vigente, resultou na elevação do valor estimado da contratação em relação





àquele inicialmente previsto na DFD.

Ressalta-se, por fim, que tais adequações são indispensáveis para garantir o correto dimensionamento do objeto, a adequada prestação dos serviços e a conformidade com a legislação trabalhista vigente, assegurando a viabilidade e a regularidade da futura contratação.

7.3.2. Para fins de reajuste salarial e/ou demais direitos trabalhistas, serão utilizadas as regras constantes na seguinte convenção: Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 e número de registro no MTE: CE000443/2026 - SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO CEARÁ e o SIND.DOS PROF.VIG.E EMPREG.EM EMP.E SER.DE SEG., VIG. TRANSP. VAL., C. DE FORM. DE VIG., SEG. PESSOAL, CEN., S.E AFINS CE, diversos seguimentos, observadas as datas-bases de vigências e confirmação da autenticidade através do número de registro no MTE, junto ao site do Ministério do Trabalho e Emprego.

7.3.3. Em razão dos reajustes salariais, ocorridos anualmente, não importando a nomenclatura usada para a função que desempenhe, será aplicado o percentual estipulado nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, atualizadas em conformidade com a vigência e data-base atual.

7.3.4. Serão considerados os salários estipulados no **anexo 1 do ETP**, não podendo ser alterado, sob pena de desclassificação.

7.3.5. Após a conclusão do processo licitatório serão analisados os preços contratados, a fim de confirmar a compatibilidade com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em razão de celebração de convenção coletiva durante o período de tramitação do edital.

7.3.6. Nos casos em que os salários estejam inferiores aos pactuados em convenções coletivas aplicáveis à categoria profissional, o contrato será celebrado com os salários atualizados, mediante apresentação de justificativa técnica e parecer jurídico do Órgão contratante.

7.3.7. São aplicáveis a presente contratação de mão de obra terceirizada, as tabelas de encargos sociais da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 número de registro no MTE: CE000443/2026 e tributos conforme Instrução normativa nº 001/2021 - SEPLAG de 11 de outubro de 2021.

## **8. Descrição da solução como um todo considerando todo o ciclo de vida do objeto**

8.1. A solução proposta para a execução dos serviços envolve **contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial armada, devidamente autorizada pelos órgãos competentes**, responsável pelo **fornecimento, gestão e supervisão da mão de obra terceirizada**, incluindo a disponibilização de vigilantes qualificados, armamento, equipamentos, uniformes, treinamento contínuo e apoio



operacional. A solução abordará **todas as etapas do ciclo de vida do objeto**, compreendendo o planejamento da execução, a implantação dos postos de vigilância, a prestação contínua dos serviços, o acompanhamento e a fiscalização contratual, bem como as rotinas de substituição, ajustes operacionais e encerramento do contrato.

8.2. Portanto, de acordo com os problemas a serem resolvidos, necessidade descrita e levantamento de mercado constantes no presente estudo técnico preliminar, a solução escolhida foi a Contratação de **serviços contínuos de vigilância patrimonial armada**, com fornecimento de **mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a serem executados de forma **ininterrupta**, inclusive **aos finais de semana e feriados**, nas dependências das **unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral**, pelo período de **12 (doze) meses**, que conforme as características e natureza do serviço, o processo para contratação deverá ser por meio de Pregão na forma Eletrônica do tipo MENOR PREÇO, com forma de execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

**Forma de Contratação:**

Modalidade da Lei n.º Lei 14.133/2021: Pregão Eletrônico

**Objeto:**

**Serviço:**

( ) Não continuado

(X) Continuado

**Tipo de Serviço:**

(X) Serviço comum

( ) Serviço comum de engenharia

**Tipo de Licitação:**

(X) Menor preço

( ) Maior desconto

**Forma de execução:**

( ) Empreitada por preço global

(X) Empreitada por preço Unitário

**Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:**

(X) § 2º do art. 44 da Lei nº 123/2006 (empate ficto)

( ) inciso I do art. 48 da Lei nº 123/2006 (itens/grupos exclusivos)

( ) inciso II do art. 48 da Lei nº 123/2006 (subcontratação)

( ) § 3º do art. 48 da Lei nº 123/2006 (benefício local e regional)

( ) Não se aplica (art. 4º, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021) é vedada a aplicação de tratamento diferenciado em razão de o valor estimado ultrapassar o limite de receita bruta máxima de empresa de pequeno porte.

**9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

9.1. Justificativa para o não parcelamento em itens: O não parcelamento do objeto em itens, nos termos da alínea “b”, inciso V e §3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da





Administração Pública. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste ETP, será dívida POR LOTE, e justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo do fornecimento do produto, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores. Quanto a divisão e julgamento por LOTE: Justifica-se a divisão e julgamento por LOTE, devido os itens ora licitados terem uma homogeneidade entre si, cujo mesmos possuem a mesma natureza e características, fato esse que não fere os princípios básicos das licitações e contratos quais sejam, o princípio da competitividade e igualdade, podendo os itens dispostos nesse termo de referência serem ofertados por qualquer fornecedor do ramo de serviços de vigilância patrimonial armada.

## **10. Demonstrativo dos resultados pretendidos**

10.1. A contratação dos **serviços contínuos de vigilância patrimonial armada**, com fornecimento de **mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a serem executados de forma **ininterrupta**, inclusive **aos finais de semana e feriados**, nas dependências das **unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral**, pelo período de **12 (doze) meses**, tem como objetivo proporcionar maior segurança às instalações, ao patrimônio público, aos servidores e aos usuários, assegurando a proteção contínua e preventiva contra riscos, ilícitos e danos materiais. Os resultados esperados abrangem **a redução de ocorrências de furtos, roubos, vandalismo e acessos não autorizados, bem como a manutenção da ordem, da integridade física das pessoas e da continuidade das atividades institucionais.**

10.2. A seguir, detalham-se os resultados pretendidos com a contratação:

Proteção permanente e eficaz das unidades operacionais do SAAE Sobral;

Presença ostensiva de vigilantes armados, com efeito preventivo e dissuasório;

Resposta imediata a situações de risco ou emergência, minimizando danos ao patrimônio e às pessoas;

Padronização dos procedimentos de segurança, com atuação conforme normas legais e operacionais;

Apoio à fiscalização e ao controle de acesso de pessoas, veículos e bens;

Garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais, evitando interrupções decorrentes de incidentes de segurança.

## **11. Providências a serem adotadas previamente a celebração do contrato**

11.1. Para garantir que contratação seja realizada de forma eficiente, segura e dentro da legalidade, a Administração Pública deve adotar uma série de providências antes da celebração do contrato.

11.2. A seguir, estão as principais etapas e ações a serem realizadas:

- Elaboração do Termo de Referência: Incluir uma descrição detalhada dos itens a serem contratados, com as especificações técnicas que se fizerem necessárias;



- Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira para a contratação;
- Encaminhamento dos autos do processo para análise jurídica e controle prévio de legalidade pela coordenação jurídica competente para emissão de parecer;
- Publicação do edital de licitação;
- Processamento e julgamento da licitação;
- Encaminhamento para homologação e posterior contratação, em caso de êxito;
- Designar o gestor e/ou fiscal de contrato.

## **12. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Para esta solução **não há** contratações correlatas nem interdependentes que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

## **13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras**

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental já abordados neste ETP.

## **14. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

14.1. A CONTRATAÇÃO de **serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com fornecimento de mão de obra terceirizada**, é uma medida estratégica e imprescindível para o **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral – SAAE**. Esta iniciativa garantirá a **proteção permanente das instalações, do patrimônio público, dos servidores e dos usuários, resultando em maior segurança institucional, prevenção de perdas e continuidade das atividades operacionais e administrativas**. A adequação dessa contratação é, portanto, indiscutível e alinhada com os objetivos de **assegurar a eficiência, a regularidade e a confiabilidade dos serviços públicos essenciais prestados pelo SAAE Sobral**.

14.2. Com base nos elementos obtidos neste estudo técnico preliminar, declaramos que é **VIÁVEL** a presente contratação, sendo, portanto, a mais adequada para o atendimento da necessidade em questão.

## **15. ANEXOS DO ETP:**

ANEXO 1 – PLANILHA DE PREÇOS POR CATEGORIA

ANEXO 2 – MAPA DE RISCO

ANEXO 3– JUSTIFICATIVA DE PREÇO





**ANEXO 1 - PLANILHA DE PREÇOS POR CATEGORIA**

SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO COMPLEMENTO: 06 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	SAAE		
	ARMADA		
ITENS DE CUSTO DIRETOS	Salário base =		R\$ 1.952,07
<u>MONTANTE A</u>	CUSTO	%	Qtde./Valor
01. SALÁRIO BASE (02 u. s.)	R\$ 3.904,14	-	2
02. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	R\$ 1.171,24	30,00%	2
03. ADICIONAL NOTURNO (8 h)	-	20,00%	-
04. HORA NOTURNA REDUZIDA (1 h)	R\$ -	50,00%	-
05. RESERVA TÉCNICA	R\$ -	0,00%	-
06. ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 4.188,71	82,53%	-
<u>Total – Montante A</u>	R\$ 9.264,09	-	-
<u>MONTANTE B</u>	CUSTO	%	Qtde./Valor
07. INTERVALO DE INTRAJORNADA DIURNA	R\$ 519,07	50,00%	2
08. INTERVALO DE INTRAJORNADA NOTURNA	R\$ -	50,00%	0
09. FARDAMENTA	-	-	-
10. VALE TRANSPORTE	R\$ -	6,00%	R\$ -
11. VALE ALIMENTAÇÃO	R\$ 1.029,86	12,00%	R\$ 39,01
12. PLANO DE SAÚDE	R\$ 295,12	-	R\$ 147,56
13. DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ -	-	-
14. VEÍCULOS	-	-	-
15. MUNIÇÕES	R\$ -	-	-
16. SUPERVISÃO E RONDA	R\$ 185,28	2,00%	-
17. SEGURO DE VIDA	R\$ 277,92	3,00%	-
18. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 463,20	5,00%	-
19. TRIBUTOS	R\$ 1.040,99	8,65%	-
<u>Total – Montante B</u>	R\$ 3.811,44	-	-
<b>Total – Montantes A + B</b>	<b>R\$ 13.075,53</b>	-	-
<b>Total x Qtde. de Postos</b>	<b>R\$ 78.453,18</b>	-	<b>6</b>



# PREFEITURA DE SOBRAL

SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO NOTURNO COMPLEMENTO: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H	SAAE		
	ARMADA		
ITENS DE CUSTO DIRETOS	Salário base =		R\$ 1.952,07
MONTANTE A	CUSTO	%	Qtde./Valor
01. SALÁRIO BASE (02 u. s.)	R\$ 3.904,14	-	2
02. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	R\$ 1.171,24	30,00%	2
03. ADICIONAL NOTURNO (8 h)	R\$ 553,68	20,00%	2
04. HORA NOTURNA REDUZIDA (1 h)	R\$ 575,70	50,00%	2
05. RESERVA TÉCNICA	R\$ -	0,00%	-
06. ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 5.120,79	82,53%	-
Total – Montante A	R\$ 11.325,55	-	-
MONTANTE B	CUSTO	%	Qtde./Valor
07. INTERVALO DE INTRAJORNADA DIURNA	R\$ -	50,00%	0
08. INTERVALO DE INTRAJORNADA NOTURNA	R\$ 575,70	50,00%	2
09. FARDAMENTA	-	-	-
10. VALE TRANSPORTE	R\$ -	6,00%	R\$ 0,00
11. VALE ALIMENTAÇÃO	R\$ 1.029,86	12,00%	R\$ 39,01
12. PLANO DE SAÚDE	R\$ 295,12	-	R\$ 147,56
13. DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ -	-	-
14. VEÍCULOS	-	-	-
15. MUNIÇÕES	-	-	-
16. SUPERVISÃO E RONDA	R\$ 226,51	2,00%	-
17. SEGURO DE VIDA	R\$ 339,77	3,00%	-
18. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 566,28	5,00%	-
19. TRIBUTOS	R\$ 1.242,81	8,65%	-
Total – Montante B	R\$ 4.275,28	-	-
Total – Montantes A + B	R\$ 15.600,83	-	-
Total x Qtde. de Postos	R\$ 202.810,79	-	13





Memória de cálculo
Montante A
<b>1. Salário base (SB).</b>
Salário definido em convenção x número de unidade de serviço (u.s.).
<b>2. Adicional de Periculosidade (ADP).</b>
Salário base vezes adicional de periculosidade (30%) vezes nº de unidade de serviço.
<b>3. Adicional Noturno (ADN).</b>
Benefício concedido aos trabalhadores que executam jornadas de trabalho no período compreendido entre às 22h de um dia e as 05h do dia seguinte.
<b>04. Hora Noturna Reduzida (HNR).</b>
Benefício concedido aos trabalhadores que executam jornada de trabalho no período compreendido entre as 22h de um dia e as 05h do dia seguinte terão o acréscimo de uma hora remunerada com o adicional de 50% (cinquenta por cento), obedecendo a proporcionalidade dos dias efetivamente trabalhados no período noturno
<b>5. Reserva Técnica (RT).</b>
Não haverá reserva técnica.
<b>6. Encargos sociais.</b>
Produto do percentual devido sobre o somatório das verbas: salário base + adicional de periculosidade + adicional noturno + hora noturna reduzida + reserva técnica.
<b>Total Montante A.</b>
Somatório das verbas: salário base + adicional de periculosidade + adicional noturno + hora noturna reduzida + reserva técnica + encargos sociais.
Montante B
<b>7. Intervalo Intra jornada Diurno.</b>
Intervalo de 1 hora para repouso e alimentação não gozados, remunerado com adicional de 50% vezes o número de dias trabalhados vezes o número de unidade de serviço diurno.
<b>8. Intervalo Intra jornada Noturno.</b>
Intervalo de 1 hora para repouso e alimentação não gozados, remunerado (hora noturna) com adicional de 50% vezes a quantidade de dias trabalhados vezes o número de unidade de serviço noturno.
<b>9. Fardamenta. Valor informado, pago durante a vigência contratual.</b>
Valor informado, pago durante a vigência contratual.
<b>10. Vale Transporte.</b>
O valor do vale transporte vezes a quantidade de vales por dia vezes a quantidade de dias trabalhados vezes a quantidade de unidades de serviço menos 6% do salário base, conforme CCT.
<b>11. Vale Alimentação.</b>
O valor do vale alimentação vezes a quantidade de dias trabalhados vezes a quantidade de unidades de serviço menos 12% do valor dos vales, conforme CCT.
<b>12. Plano de Saúde.</b>
Plano de saúde definido em convenção, custeado integralmente pelo empregador, para cada unidade de serviço.
<b>13. Depreciação de Equipamentos. Valor informado, pago durante a vigência contratual.</b>
Valor informado, pago durante a vigência contratual.
<b>14. Veículos. Valor informado, pago durante a vigência contratual.</b>
Valor informado, pago durante a vigência contratual.
<b>15. Munições.</b>
Valor informado, pago durante a vigência contratual.
<b>16. Supervisão de Ronda.</b>
2% sobre o total do montante A.
<b>17. Seguro de Vida.</b>



3% sobre o total do montante A.
<b>18. Taxa Administrativa.</b>
Até 5% sobre o total do montante A = Total Montante A x Percentual Definido.
<b>19. Tributos.</b>
Produto do percentual devido sobre o somatório do Total do Montante "A" mais as verbas de 7 a 18 do Montante "B".
<b>Total Montante B.</b>
Somatório das verbas 07 a 19.
<b>Total Montante A + B.</b>
Custo do posto de serviço

**OBS 1:** A planilha de preço por categoria está cotada nos parâmetros máximos admitidos pela administração, devendo o órgão contratante repassar os tributos e encargos de acordo com a natureza jurídica da empresa e legislação vigente.

**OBS 2:** Constatada a necessidade de ajustes na planilha de preços, com relação a divergência nos valores salariais correspondentes à categoria, definidos na Convenção Coletiva de Trabalho, percentuais dos encargos sociais e tributos, valores referentes aos vales-alimentação, refeição e transportes, erros de soma ou multiplicação, estes poderão ser corrigidos no momento da celebração do contrato. É vedada alteração nos quantitativos das categorias definidas na planilha de preço, até o momento da celebração do contrato.

**OBS. 3:** É vedada alterações nos quantitativos das categorias definidas na planilha de preço, até o momento da celebração do contrato.

**OBS. 4:** As planilhas acima estão cotadas com a taxa de 5% (cinco por cento), todavia, vale salientar que os valores variam conforme o valor da taxa. O licitante terá que seguir a sequência (da coluna Categoria a coluna Custo Total) do modelo das planilhas acima, mantendo invariável os encargos e tributos, podendo alterar apenas a taxa de administração e a contribuição previdenciária. Será desclassificado o licitante que apresentar a planilha em desacordo com estas exigências.

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS	
GRUPO "A"	Perc.(%)
INSS	20,00%
FGTS	8,00%
SAT	3,00%
Salário Educação	2,50%
SESC SESI	1,50%
SENAC/SENAI	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
<b>TOTAL DO GRUPO "A"</b>	<b>36,80%</b>
GRUPO "B"	Perc.(%)
FÉRIAS	9,47%
AUXILIO DOENÇA	3,31%
ACIDENTE DE TRABALHO	0,14%
AUXILIO PATERNIDADE	0,03%
FALTAS LEGAIS	0,60%
RECICLAGEM ART. 91 DECRETO 992MJ	1,26%





# PREFEITURA DE SOBRAL

AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,02%
TREINAMENTO NR 5	0,32%
<b>TOTAL DO GRUPO "B"</b>	<b>15,15%</b>
<b>GRUPO "C"</b>	<b>Perc.(%)</b>
1/3 FÉRIAS CONSTITUCIONAL	3,16%
13º SALÁRIO	9,47%
<b>TOTAL DO GRUPO "C"</b>	<b>12,63%</b>
<b>GRUPO "D"</b>	<b>Perc.(%)</b>
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	2,27%
REFLEXOS NO AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,44%
MULTA DO FGTS	3,38%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ARTIGO 1º LEI 110/91	1,09%
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,25%
<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>7,43%</b>
<b>GRUPO "E"</b>	<b>Perc.(%)</b>
FGTS S/ AVISO PRÉVIO	0,18%
INCIDÊNCIAS SOBRE O SAL. MATERNIDADE	0,06%
INCIDÊNCIAS SOBRE O 13º SALÁRIO AV. PRÉVIO	0,06%
ABONO PECUNIÁRIO	
<b>TOTAL GRUPO "E"</b>	<b>0,30%</b>
<b>GRUPO "D"</b>	<b>Perc.(%)</b>
INCIDÊNCIA DO GRUPO "A" S/ O GRUPO "B"	<b>10,22%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>82,53%</b>

TABELA DE TRIBUTOS	
Descrição	Percentuais (%)
ISS	5,00
COFINS	3,00
PIS	0,65
<b>TOTAL DE TRIBUTOS</b>	<b>8,65%</b>

OBS 1: Só será permitida alteração na Taxa de Administração, Risco Ambientais do trabalho e/ou fardamento.

OBS 2: O valor do RAT corresponde a alíquota constante na relação de atividades preponderantes e correspondentes graus de risco, conforme a classificação nacional de atividades econômicas. (Anexo V, Decreto nº 6.957/2009). Decreto nº 6.957/2009). Decreto nº 6.957/2009).



**ANEXO 2 - MAPA DE RISCOS**

1. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO				
<b>ETAPA:</b>	<b>1.1. FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA</b>			
<b>RISCO:</b>	Especificação deficiente da demanda			
<b>DANO:</b>	Contratação e execução deficiente do objeto			
<b>PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:</b>	<b>DE</b>	Pouco provável	<b>IMPACTO:</b>	Alto
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, tipo de área por ambiente, quantidade e prazo de início e com setor de Licitação do órgão.			
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>	<b>DE</b>	Havendo erro, devolver para complementação das informações.		
<b>RESPONSÁVEL</b>	REQUERENTE			
<b>ETAPA:</b>	<b>1.2 CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO</b>			
<b>RISCO:</b>	Descumprimento de formalidade legal			
<b>DANO:</b>	Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação			
<b>PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:</b>	<b>DE</b>	Pouco provável	<b>IMPACTO:</b>	Baixo
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>	Adotar lista de verificação dos procedimentos a serem adotados para o planejamento de contratação			
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>	<b>DE</b>	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.		
<b>RESPONSÁVEL</b>	AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO			
<b>ETAPA:</b>	<b>1.3. ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES</b>			
<b>RISCO:</b>	Estudos preliminares deficientes			
<b>DANO:</b>	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente			
<b>PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:</b>	<b>DE</b>	Provável	<b>IMPACTO:</b>	Alto
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no art. 8º do Decreto Municipal nº 3.219, de 26 de julho de 2023.			
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>	<b>DE</b>	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares		
<b>RESPONSÁVEL</b>	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO			
<b>2. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO</b>				
<b>ETAPA:</b>	<b>2.1. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA</b>			





RISCO:	Falha na elaboração Termo de Referência		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:	DE	Provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no art. 16 do Decreto Municipal nº 3.219, de 26 de julho de 2023.	
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
ETAPA:	2.2. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência da aprovação do Termo de Referência		
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:	DE	Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação com item de aprovação do Termo de Referência		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Encaminhar ao requerente e à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.	
RESPONSÁVEL	REQUERENTE E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
3. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE LICITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
ETAPA:	3.1. RECEPÇÃO DO PROCESSO PARA LICITAR		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de autorização superior para licitar		
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:	DE	Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "autorização da autoridade superior para licitar".		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Retornar o processo para submeter à aprovação da autoridade máxima.	
RESPONSÁVEL	AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
ETAPA:	3.2. ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO		
RISCO:	Restrição da competitividade, impugnação do edital		
DANO:	Retardamento, anulação ou revogação da licitação		
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:	DE	Provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a existência de cláusulas restritivas ou passivas de nulidades inseridos no processo pelo setor requisitante do órgão. Adotar editais padrões elaborados pela Central de Licitações do Município. Verificação da conformidade do		



		processo pela assessoria jurídica.		
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Retirar cláusulas restritivas ou passivas de nulidades pelo setor de licitações do órgão.	
<b>RESPONSÁVEL</b>		EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
<b>ETAPA:</b>	<b>3.3. APROVAÇÃO DO EDITAL PELO SETOR JURÍDICO</b>			
<b>RISCO:</b>	Descumprimento de formalidade legal			
<b>DANO:</b>	Ausência de aprovação do edital pelo setor jurídico			
<b>PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Provável	<b>IMPACTO:</b> Médio
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>		Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação do edital pelo setor jurídico" para posterior assinatura da autoridade máxima.		
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Enviar o processo, mesmo, extemporaneamente, para apreciação jurídica.	
<b>RESPONSÁVEL</b>		ASSESSORIA JURÍDICA DO ÓRGÃO E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
<b>ETAPA</b>	<b>3.4. DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/EQUIPE DE APOIO</b>			
<b>RISCO:</b>	Descumprimento de formalidade legal			
<b>DANO:</b>	Ausência de designação formal do Agente de Contratação/Pregoeiro/Comissão de Contratação/Equipe de Apoio.			
<b>PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:</b>		Pouco provável	<b>IMPACTO:</b>	Baixo
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>		Identificar no processo, ato formal da autoridade competente designando a equipe de planejamento.		
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Providenciar o ato de designação do Agente de Contratação/Pregoeiro/Comissão de Contratação/Equipe de Apoio.	
<b>RESPONSÁVEL</b>		PREFEITO DO MUNICÍPIO		
<b>ETAPA</b>	<b>3.5. PUBLICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DO EDITAL.</b>			
<b>RISCO:</b>	Descumprimento de formalidade legal.			
<b>DANO:</b>	Ausência de publicação do edital e consequente anulação da Licitação.			
<b>PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Pouco provável	<b>IMPACTO:</b> Alto
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>		Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação/divulgação do edital" pelo setor de publicações da Central de Licitações do Município.		
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.	
<b>RESPONSÁVEL</b>		AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/ SETOR DE PUBLICAÇÕES DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.		





ETAPA:	3.6. PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO			
RISCO:	Julgamento desvinculado do instrumento convocatório.			
DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação.			
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Evitar julgamento monocrático, priorizar julgamento pelo colegiado, apoiados por equipe técnica e jurídica.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Responder os recursos apoiados por equipe técnica e jurídica.	
RESPONSÁVEL		AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/EQUIPE DE APOIO OU PARECERISTA DA ÁREA TÉCNICA DO ÓRGÃO JUNTAMENTE COM SETOR JURÍDICO DO ÓRGÃO OU CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.		
ETAPA:	3.7. ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO			
RISCO:	Adjudicação/Homologação para empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa.			
DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação, problemas na gestão do contrato.			
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Pouco provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Atentar se todos os requisitos do Termo de Referência ou Projeto básico e edital foram plenamente atendidos pela primeira colocada.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação da Adjudicação/Homologação pelo setor jurídico" para posterior assinatura da autoridade máxima.	
RESPONSÁVEL		AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/ASSESSORIA JURÍDICA DO ÓRGÃO E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
4. MAPA DE RISCO PARA A FASE DA GESTÃO DO CONTRATO				
ETAPA:	4.1. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO			
RISCO:	Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais.			
DANO:	Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.			
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Garantir na fase habilitatória que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessárias à execução do objeto.		



AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Convocar remanescente.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA:	4.2. PUBLICAÇÃO DO CONTRATO			
RISCO:	Falta de publicidade do ato administrativo em tempo hábil			
DANO:	Descumprimento de formalidade legal			
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Pouco provável	IMPACTO: Baixa
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação do contrato".		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA:	4.3. DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E SUBSTITUTOS			
RISCO:	Designação de servidor sem conhecimento técnico do objeto do contrato.			
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Responsabilização Subsidiária da Administração			
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Indicar gestor e fiscal capacitado	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA:	4.4. DESIGNAÇÃO DO PREPOSTO DO CONTRATO			
RISCO:	Ausência de preposto da contratada.			
DANO:	Responsabilização direta da Administração.			
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Provável	IMPACTO: Médio
AÇÃO PREVENTIVA:		Incluir cláusula da fiscalização, dispositivos de indicação de fiscal e preposto e as respectivas atribuições.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Solicitar, imediatamente à constatação, a designação formal do preposto.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA:	4.5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			
RISCO:	Execução em desacordo com o contrato; não pagamento de salários e benefícios correspondentes à CCT, não reposição de mão-de-obra ausente, não aplicação de material.			
DANO:	Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração.			





# PREFEITURA DE SOBRAL

PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Realizar avaliações periódicas dos serviços; adotar indicadores de níveis de desempenho; exigir, mensalmente, comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e sociais.			
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Reter créditos, em valores correspondentes à inadimplência, e efetivar pagamento diretamente ao beneficiário e demonstrada a incapacidade, assunção do contrato. Execução de garantia.		
RESPONSÁVEL		FISCAL E GESTOR DOS CONTRATOS			
ETAPA:	4.6. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO				
RISCO:	Prorrogação não vantajosa				
DANO:	Prejuízo para o erário.				
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Pouco provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Realizar pesquisa de preços com antecedência, com vista a constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato.			
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório.		
RESPONSÁVEL		GESTOR DO CONTRATO			
ETAPA:	4.7. ALTERAÇÕES DO CONTRATO				
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.				
DANO:	Prejuízos ao erário.				
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas, etc.			
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento		
RESPONSÁVEL		GESTOR DO CONTRATO			
ETAPA:	4.8. REPACTUAÇÕES/REAJUSTES DO CONTRATO				
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; Prorrogação desvantajosa; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; análise inadequada das planilhas; jogo de planilha.				
DANO:	Prejuízos ao erário.				
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Pouco Provável	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:		Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços de mão-de-obra (CCT) e materiais (índices). Contar com			



# PREFEITURA DE SOBRAL

		apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.			
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Ajustar os preços conforme o contrato; reter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos		
<b>RESPONSÁVEL</b>		GESTOR DO CONTRATO			
<b>ETAPA:</b>	<b>4.9. GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>				
<b>RISCO:</b>	Não apresentação de garantias; Apresentação de garantias que não cobrem inadimplência com obrigações trabalhistas e previdenciárias ou prejuízos de terceiros.				
<b>DANO:</b>	Prejuízo para o erário				
<b>PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Provável	<b>IMPACTO:</b>	Alto
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>		Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de despesa pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e prejuízos a terceiros.			
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Apuração de penalidade.		
<b>RESPONSÁVEL</b>		GESTOR DO CONTRATO			
<b>ETAPA:</b>	<b>4.10. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS</b>				
<b>RISCO:</b>	Retenção dos valores dos impostos; encargos patronais e da conta vinculada.				
<b>DANO:</b>	Responsabilização subsidiária.				
<b>PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Provável	<b>IMPACTO:</b>	Médio
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>		Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços, bem como dos encargos sociais.			
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.		
<b>RESPONSÁVEL</b>		COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA			
<b>ETAPA:</b>	<b>4.11. SANÇÕES</b>				
<b>RISCO:</b>	Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.				
<b>DANO:</b>	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.				
<b>PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Muito provável	<b>IMPACTO:</b>	Alto
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b>		Estabelecer, conforme regulamento municipal, os ritos do processo administrativo.			
<b>AÇÃO CONTINGÊNCIA:</b>		<b>DE</b>	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.		





# PREFEITURA DE SOBRAL

RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO JURÍDICA DO ÓRGÃO E GERÊNCIA DE PENALIDADES DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO			
ETAPA:	4.12. ENCERRAMENTO DO CONTRATO				
RISCO:	Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.				
DANO:	Prejuízo ao erário.				
PROBABILIDADE OCORRÊNCIA:		DE	Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:		Verificar a inexistência de processo trabalhista, pendência trabalhistas e ressarcimentos.			
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a segurados dos inadimplementos, reter valores até o limite do ressarcimento.		
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA			

## MATRIZ DE RISCO

PROBABILIDADE						
90%	PRATICAMENTE CERTO					
70%	MUITO PROVÁVEL				4.3; 4.5; 4.11	
50%	PROVÁVEL			3.3; 4.4;	1.3; 2.1; 3.2; 3.6; 4.1; 4.7;	
30%	POUCO PROVÁVEL		1.2; 2.2; 3.1; 3.4; 4.2; 4.12	4.8; 4.10;	1.1; 3.5; 3.7; 4.6; 4.9;	
10%	RARO					
		<b>IMPACTO</b>	MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO
						MUITO ALTO

Legenda:

	<b>RISCO BAIXO</b>
	<b>RISCO MÉDIO</b>
	<b>RISCO ALTO</b>



**ANEXO 3 - JUSTIFICATIVA DE PREÇOS**

1. O valor estimado da contratação foi formado conforme pesquisa de mercado devidamente apontada no mapa comparativo de preços, respeitando exigências do artigo 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, como também, do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

2. Na pesquisa de preços o valor estimado da contratação foi definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala, sendo realizada com base nos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada:

Artigo 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025

VI - Acordos coletivos de trabalho (ACT) ou convenções coletivas de trabalho (CCT), no caso de licitações destinadas à contratação dos serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra

Item	ESPECIFICAÇÃO	Art. 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025 INCISO					
		I	II	III	IV	V	VI
1	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H						x
2	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.						x

**Considerações dos preços**

3. O método utilizado neste estudo para a estimativa preliminar de preço da contratação baseou-se na **composição de custos da mão de obra terceirizada**, tomando como referência a **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente da categoria profissional de vigilância armada**, bem como os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais custos indiretos legalmente incidentes, resultando no valor orçado estimado de **R\$ 3.375.167,64 (três milhões trezentos e setenta e cinco mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)**.

4. Os valores apurados foram avaliados de forma crítica, considerando a observância obrigatória dos pisos salariais, benefícios e demais obrigações estabelecidas na CCT vigente, de modo que o preço estimado não apresentasse distorções significativas e refletisse, de forma compatível e razoável, os custos efetivamente praticados no mercado para a execução do serviço.

5. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços de acordo com a descrição correta dos itens, requeridos pelo setor em conformidade com a legislação aplicável e com os valores usualmente praticados no mercado para serviços de vigilância patrimonial armada com dedicação exclusiva de mão de obra.





**ANEXO B - MINUTA DO CONTRATO**

Contrato nº \_\_\_\_ / 20\_\_ –

Processo nº \_\_\_\_\_

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A

E (O) A \_\_\_\_\_, ABAIXO  
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A(O) \_\_\_\_\_, situada(o) na \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ sob o  
nº \_\_\_\_\_, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato  
representada(o) pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da  
Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e  
domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, e a  
\_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_,  
inscrita no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada  
CONTRATADA, representada neste ato pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade),  
portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_,  
têm entre si justa e acordada a celebração do  
presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

**1.1.** O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA**

**2.1.** O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

**3.1.** Constitui objeto deste contrato a Contratação dos serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com fornecimento de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a serem executados de forma ininterrupta, inclusive aos finais de semana e feriados, nas dependências das unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA, conforme consta nos autos do Processo nº P429798/2026.

**3.2.** É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, o Anexo A - Termo de Referência.

**3.3.** Do LOTE contratado:

Lote					
Item	Especificação	Unid	Qntd	Valor mensal	Valor total do Item R\$



Valor Total do(s) item (ns) R\$					

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.1. O regime de execução contratual assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento do objeto e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

7.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do edital.

#### **CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO**

##### **DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DA MÃO DE OBRA (FOLHA DE SALÁRIOS)**

9.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, será utilizada na presente contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra (folha de salários) e estiver vinculada às data-base desses Instrumento, conforme estabelece o art. 12 do Decreto nº 9.507/2018.

9.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no subitem anterior, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato é direito da CONTRATADA e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o art. 37, inc. XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado à CONTRATADA receber o pagamento se mantidas as condições efetivas da proposta.

9.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua





anualidade resultante em datas diferenciadas,

9.1.3. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

9.2. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra (folha salários) e estiver vinculada às data-base desses instrumentos.

9.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

9.4. As repactuações envolvendo a mão de obra (folha de salários) serão precedidas, obrigatoriamente, de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

9.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

9.4.2. A variação de custos decorrentes do mercado somente será concedida mediante a comprovação pela Contratada do aumento dos custos, considerando-se:

9.4.2.1. Os pecos praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

9.4.2.2. As particularidades do contrato em vigência;

9.4.2.3. A nova planilha com variação dos custos apresentada;

9.4.2.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

9.4.2.5. A disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

9.4.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

9.4.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

9.4.5. O prazo referido no subitem 9.4.3. ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

9.4.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

9.4.7. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus, mas não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

9.4.7.1. A CONTRATADA deverá exercer o direito à repactuação, pleiteando o reconhecimento deste perante a CONTRATANTE a partir de 3º (terceiro) dia da data do depósito, e desde que devidamente registrado, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, o acordo ou a convenção coletiva de trabalho que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato, até a data da assinatura do instrumento de





aditamento de prorrogação subsequente, conforme determinado nos Acórdãos TCU nos 1.827/2008 e 1.828/2008, do Plenário, Parecer AGU JT-02, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2009, e § 7º do art. 57 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, no caso em que serão reconhecidos os efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional, observada a periodicidade anual.

9.4.7.2. Se a CONTRATADA não exercer de forma tempestiva seu direito à repactuação no prazo estabelecido neste item e, por consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar em relação ao último acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa.

9.4.7.3. Nas situações abaixo relacionadas, o contrato o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de aditamento da prorrogação poderá conter cláusula - por solicitação da CONTRATADA, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de repactuação, ou por interesse da Administração, devidamente justificado - prevendo a possibilidade de repactuação pretérita com efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional:

a) O acordo ou convenção coletiva de trabalho não tiver sido depositado até a data da prorrogação contratual;

b) O acordo ou convenção coletiva de trabalho for depositado, ou procedida à solicitação de repactuação, em data

próxima à prorrogação contratual, no caso em que o processamento da repactuação poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação.

c) Qualquer outra situação em que a CONTRATADA, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de repactuação não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse do CONTRATANTE.

9.4.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

9.4.8.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

9.4.8.2. Em data futura, desde que acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

9.4.8.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma do acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

9.4.9. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

9.4.10. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

## DO REAJUSTE

9.5. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação de serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data-limite para apresentação das propostas, em relação aos custos com insumos, necessários à execução do objeto.



9.6. Será considerado índice inicial o da data da apresentação de proposta, com base na seguinte fórmula (Decreto nº 1.054/94 e Lei nº 10.192/01):

$$R = V \times I - I_0$$

$I_0$

Sendo:

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor contratual;

I= Índice relativo ao mês do reajuste

$I_0$  = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação.

9.7. O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

9.8. Os reajustes serão precedidos obrigatoriamente de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for a variação de custos objeto do reajuste.

9.9. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste de itens de insumos e materiais não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

9.10. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

9.11. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico financeiro dos contratos.

9.12. O prazo referido no subitem 13.10. ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

9.13. Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

9.14. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas do interregno mínimo de 01 (um) ano da data de ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste, ou seja, do aniversário da data-limite para apresentação das propostas, em relação aos custos com insumos e materiais necessários à execução do objeto contratado.

9.15. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão exclusivamente para os itens que o motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

9.16. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

#### **DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR REFORMA TRIBUTÁRIA**

13.6. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, decorrente da implementação da Reforma Tributária, durante a sua fase de transição, após a data de apresentação da proposta, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 373 a 377 da Lei Complementar nº 214/2025;

13.7. Havendo alteração da estrutura de tributação incidente sobre os serviços/bens contratados, em decorrência da reforma tributária, que vier a ser aprovado durante a





vigência contratual, impactando no preço pactuado e causando desequilíbrio, caberá a revisão do preço para a restauração do reequilíbrio econômico-financeiro contratual, durante a fase de transição e a vigência contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

### **10.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

**10.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**10.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**10.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**10.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**10.1.5.** Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

**10.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

**10.1.7.** Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**10.1.8.** Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**10.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

**10.2.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **10.3. São obrigações do CONTRATADO:**

**10.3.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.3.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**10.3.1.2.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.3.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**10.3.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou





em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.3.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.3.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**10.3.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

**10.3.1.8.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.3.1.9.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**10.3.1.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

**10.3.1.11.** Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

**10.3.1.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**10.3.1.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

**10.3.1.14.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, cuja quantidade e qualidade deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**10.3.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

**10.3.1.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.3.1.17.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer



ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

**10.3.1.18.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**10.3.1.19.** Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

**10.3.1.20.** Apresentar mensalmente junto à contratante no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante, sendo também de responsabilidade da contratada, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere a contratante. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela contratante.

**10.3.1.21.** Manter preposto da empresa durante toda a execução contratual na Cidade de Sobral, Ceará, a título de supervisor, aceito pela contratante, não incluindo nos serviços contratados, para o acompanhamento da execução do contrato visando o cumprimento de todas as obrigações previstas.

**10.3.1.22.** Apresentar a contratante, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da contratante, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

**10.3.1.23.** Instalar em prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da assinatura do contrato, escritório no Município de Sobral.

**10.3.1.24.** Como condição para o início e manutenção da execução contratual, comprovar sua regularidade de funcionamento mediante a apresentação de Autorização de Funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos da Lei Nº 14.197/2024 aplicável à atividade de segurança privada.

**10.3.1.25.** Responder perante a CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente, por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes.

**10.3.1.26.** Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.

**10.3.1.27.** Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

**10.3.1.28.** Apresentar mensalmente, junto com a Nota Fiscal, os comprovantes de pagamento do mês anterior, o resumo da Folha de Pagamento, os contracheques, os comprovantes de pagamento do vale-refeição, além de outros benefícios que figurem como





obrigatórios nos respectivos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho da categoria de trabalhadores pertinente, os comprovantes do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução deste Contrato. No resumo da Folha de Pagamento e na relação da GFIP, deverão constar somente os vigilantes destacados para o serviço no SAAE Sobral/CE.

**10.3.1.29.** Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da assinatura do contrato, ficha dos profissionais a serem alocados nos respectivos postos de trabalho, que deverá ser sempre atualizada, contendo toda a identificação do funcionário: foto, endereço, telefone residencial, habilitação profissional, bem como o currículo e a respectiva ficha de avaliação individual, os quais deverão atender às exigências contidas no Termo de Referência, procedendo de igual forma nos casos de substituições.

**10.3.1.30.** Implantar de forma adequada a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante.

**10.3.1.31.** Efetuar a reposição da mão de obra no Posto, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

**10.3.1.32.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, conforme o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

**10.3.1.33.** Relatar à Administração qualquer irregularidade observada na instalação onde o serviço é prestado. Todos e quaisquer avisos, comunicações ou requerimentos dirigidos à CONTRATANTE devem ser efetuados por escrito.

**10.3.1.34.** Apresentar preposto da empresa, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021, com a missão de intermediar o relacionamento da CONTRATANTE com a CONTRATADA, em situações tais como: entrega e retirada de folhas-ponto, entrega de vales transporte e alimentação, contracheques, uniformes, comprovantes de pagamento, etc. O preposto atuará ainda, como responsável pelo recebimento de documentos destinados à CONTRATADA, e por ministrar a orientação necessária aos executantes dos serviços, quer sejam essas repassadas pela CONTRATADA ou não. O preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao Fiscal do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

**10.3.1.35.** A Contratada deverá comprovar que o preposto apresentado possui vínculo com a empresa, por meio de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social do mesmo, ou instrumento equivalente.

**10.3.1.36** Manter no posto de trabalho um livro denominado “Diário de Ocorrência”, onde serão registrados quaisquer fatos relativos aos serviços contratados. Os registros feitos receberão o visto do preposto da CONTRATADA e o do GESTOR do Contrato ou da Administração.

**10.3.1.37.** A CONTRATADA, que for albergada pelas Convenções Coletivas de Trabalho deverão, obrigatoriamente, obedecer às disposições e cláusulas contidas nas ditas convenções coletivas, registradas e homologadas pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT. São elas: SIND PROF VIG X SINDESP CE.

**10.3.1.38.** Em caso de sobrevir novas convenções coletivas, bem como aditivos no tramite do presente processo, essas serão aplicadas pós contratação, valendo-se para efeitos de disputa os parâmetros presentes neste edital.

**10.3.1.39.** A CONTRATADA deverá apresentar, para fins de assinatura do contrato, cópia da carta sindical ou do registro sindical da entidade sindical à qual declara estar vinculada, comprovando seu enquadramento sindical, nos termos do regramento previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou por força de decisão judicial.





**10.3.1.40.** A CONTRATADA será integralmente responsável pelas situações decorrentes de erro no enquadramento sindical ou de fraude mediante utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, ou ainda de instrumento coletivo no qual a empresa não tenha sido representada por entidade sindical de sua categoria econômica ou profissional, quando dessa conduta resultar vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, ficando sujeita às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades legais e contratuais cabíveis.

**10.3.1.41.** A responsabilidade pelo erro ou fraude no enquadramento sindical será exclusiva da CONTRATADA, inclusive quanto a todo e qualquer ônus financeiro decorrente, seja por repactuação contratual, condenação judicial ou acordo administrativo, em razão da necessidade de pagamento de diferenças salariais, encargos trabalhistas, benefícios ou quaisquer outras vantagens decorrentes da aplicação de instrumento coletivo inadequado, bem como por eventuais intercorrências na execução dos serviços.

**10.3.1.42. Capacitação e regularidade profissional**

**10.3.1.42.1.** Garantir que todos os vigilantes estejam devidamente capacitados, treinados e regularizados conforme a legislação vigente.

**10.3.1.42.2.** Assegurar que os vigilantes portem, quando em serviço, a Carteira Nacional de Vigilante;

**10.3.1.43. Conduta e permanência no posto**

**10.3.1.43.1.** Manter os vigilantes devidamente uniformizados, identificados e com aparência pessoal adequada;

**10.3.1.43.2.** Assegurar que os vigilantes permaneçam em seus postos, não se afastando para atender solicitações não autorizadas;

**10.3.1.43.3.** Proibir a execução de atividades alheias ao objeto contratual durante o serviço;

**10.3.1.43.4.** Efetuar a rendição de forma adequada, com repasse de todas as informações relevantes;

**10.3.1.44. Controle de acesso e segurança patrimonial**

**10.3.1.44.1.** Controlar rigorosamente o acesso de pessoas, permitindo ingresso apenas quando autorizadas e identificadas;

**10.3.1.44.2.** Permitir o ingresso nas instalações administrativas, inclusive em finais de semana e feriados, somente de pessoas previamente autorizadas.

**10.3.1.44.3.** Proibir entrada de vendedores, ambulantes e aglomerações indevidas;

**10.3.1.44.4.** Controlar entrada e saída de veículos, com identificação e registro;

**10.3.1.44.5.** Fiscalizar volumes, objetos e equipamentos;

**10.3.1.44.6.** Permitir retirada de bens apenas mediante autorização formal;

**10.3.1.44.7.** Manter sob guarda as chaves das instalações;

**10.3.1.45. Monitoramento e prevenção**

**10.3.1.45.1.** Observar movimentações suspeitas nas imediações do posto e adotar medidas preventivas.

**10.3.1.46.2.** Realizar rondas periódicas com equipamento fornecido pela Administração;

**10.3.1.46.3.** Realizar vistorias nas instalações, verificando portas, janelas, iluminação e equipamentos ao final do expediente.

**10.3.1.46.4.** Proibir atividades comerciais ou guarda de objetos estranhos ao posto;



**10.3.1.47. Comunicação e registro de ocorrências**

**10.3.1.47.1.** Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ou à Administração qualquer irregularidade verificada.

**10.3.1.47.2.** Registrar todas as ocorrências em livro próprio;

**10.3.1.47.3.** Controlar a frequência e pontualidade dos vigilantes.

**10.3.1.47.4.** Manter livro de ocorrências atualizado e devidamente visado;

**10.3.1.47.5.** Registrar e repassar corretamente informações recebidas por telefone.

**10.3.1.48. Atendimento a emergências**

**10.3.1.48.1.** Acionar os órgãos competentes em situações de emergência, tais como SAMU, Polícia, Corpo de Bombeiros, entre outros.

**10.3.1.48.2.** Facilitar a atuação das autoridades públicas, inclusive na indicação de testemunhas.

**10.3.1.48.3.** Utilizar armamento apenas em legítima defesa e proteção patrimonial, como último recurso;

**10.3.1.49. Apoio ao público e à Administração**

**10.3.1.49.1.** Prestar atendimento cortês e adequado ao público.

**10.3.1.49.2.** Garantir prioridade e assistência a pessoas com deficiência.

**10.3.1.49.3.** Cumprir programações definidas pela Administração;

**10.3.1.50. Rotinas específicas operacionais**

**10.3.1.50.1.** Manter afixados, em local visível no posto, telefones úteis de emergência e contatos institucionais;

**10.3.1.50.2.** Registrar ocorrências específicas operacionais, como abastecimento de caminhões-pipa e entrega de insumos, quando aplicável;

**10.3.1.50.3.** Cumprir procedimentos específicos definidos para unidades operacionais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato, nas seguintes modalidades:

a) - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) - seguro-garantia;

c) - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**11.1.1.** Fica fixado o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia, nos termos do § 3º, Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO





que:

**12.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;

**12.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**12.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;

**12.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**12.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**12.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**12.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**12.2.1.** Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do subitem acima deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**12.2.4.** Multa:

**12.2.4.1. Multa de 0,5%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, em caso de **atraso injustificado da entrega do objeto** contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

**12.2.4.2. Multa indenizatória de 0,5%** (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de **recusa à assinatura do Contrato**, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

**12.2.4.3. Multa de 0,5% a 3,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do artigo 92, da Lei 14.133/2021;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

e) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

f) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

g) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;





h) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração.

**12.2.4.4. Multa de 1,5% a 5,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto**, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

**12.2.4.5. Multa de 7,0% (sete por cento)**, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **suspender ou interromper**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, **os serviços contratuais**.

**12.2.4.6. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento)**, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

a) o infrator der causa, respectivamente, à **rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços**;

b) **fornecer informação e/ou documento falso**;

**12.2.4.7. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento)**, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, **quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção**, em relação à fase de execução contratual.

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.4.** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**12.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.6.4.** os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

**12.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras



leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**12.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.9.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**12.11.** Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.1.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.2.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**13.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.2.3.** Indenizações e multas.

**13.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro do Saae, de acordo com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Função, subfunção, Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	
2802	04.122.0009.2.465.0000	3.3.90.37.00	1.899.0000.00	Próprio do Saae





**14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**18.1.** O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

**18.1.1.** O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

**18.2.** O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

**18.3.** O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 ( cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

**18.4.** O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município de Sobral no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.



**18.5.** O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**18.5.1.** Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

**18.5.2.** As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

**18.6.** Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**18.6.1.** O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**18.6.2.** O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

**18.6.3.** O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

**18.7.** As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

**18.7.1.** É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

**18.7.2.** O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

**18.7.3.** O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

**18.8.** Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

a) Data e hora do incidente;





- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

**18.8.1.** Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas as partes, a terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

**18.9.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

**18.10.** A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**18.11.** O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

**18.12** Cabe ao Controlador e/ou encarregado, designado mediante Portaria, comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares nos termos do art. 48 da LGPD.

**18.13.** Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.

**18.13.1.** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**18.14.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.



**18.15.** Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**19.1.** A execução contratual será acompanhada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

**19.2.** A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro do município de Sobral, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Sobral, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 202\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

- 1.
- 2.





**ANEXO C - MODELO DE CARTA PROPOSTA READEQUADA**

À

Central de Licitações do Município de Sobral

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

**1. Identificação do licitante:**

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

**2. Condições Gerais da Proposta:**

- A presente proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão.
- A contratada prestará garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do edital.

**3. Formação do Preço**

LOTE 1						
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM/ ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA	UNID./ MEDIDA	QUANT.	QUANT. DE POSTOS	VALOR MENSAL	PREÇO TOTAL
01	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO Complemento: 6 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	MÊS	12	6		
02	SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO NOTURNO Complemento: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H.	MÊS	12	13		

**3.1. Composição dos custos**

SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO DIURNO COMPLEMENTO: 06 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 6H AS 18H	SAAE		
	ARMADA		
ITENS DE CUSTO DIRETOS	Salário base =		R\$
<u>MONTANTE A</u>	CUSTO	%	Qtde./Valor
01. SALÁRIO BASE (02 u. s.)			
02. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE			
03. ADICIONAL NOTURNO (8 h)			
04. HORA NOTURNA REDUZIDA (1 h)			
05. RESERVA TÉCNICA			



# PREFEITURA DE SOBRAL

06. ENCARGOS SOCIAIS			
<b>Total – Montante A</b>			
<b>MONTANTE B</b>			
07. INTERVALO DE INTRAJORNADA DIURNA			
08. INTERVALO DE INTRAJORNADA NOTURNA			
09. FARDAMENTA			
10. VALE TRANSPORTE			
11. VALE ALIMENTAÇÃO			
12. PLANO DE SAÚDE			
13. DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
14. VEÍCULOS			
15. MUNIÇÕES			
16. SUPERVISÃO E RONDA			
17. SEGURO DE VIDA			
18. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			
19. TRIBUTOS			
<b>Total – Montante B</b>			
<b>Total – Montantes A + B</b>			
<b>Total x Qtde. de Postos</b>		-	

SERVIÇO DE VIGILANTE ARMADO POSTO NOTURNO COMPLEMENTO: 13 POSTOS, 2 COLABORADORES POR POSTO, DAS 18H AS 6H	SAAE		
	ARMADA		
ITENS DE CUSTO DIRETOS	Salário base =		R\$
<b>MONTANTE A</b>	CUSTO	%	Qtde./Valor
01. SALÁRIO BASE (02 u. s.)			
02. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE			
03. ADICIONAL NOTURNO (8 h)			
04. HORA NOTURNA REDUZIDA (1 h)			
05. RESERVA TÉCNICA			
06. ENCARGOS SOCIAIS			
<b>Total – Montante A</b>			
<b>MONTANTE B</b>	CUSTO	%	Qtde./Valor
07. INTERVALO DE INTRAJORNADA DIURNA			
08. INTERVALO DE INTRAJORNADA NOTURNA			
09. FARDAMENTA			
10. VALE TRANSPORTE			
11. VALE ALIMENTAÇÃO			
12. PLANO DE SAÚDE			
13. DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
14. VEÍCULOS			
15. MUNIÇÕES			
16. SUPERVISÃO E RONDA			
17. SEGURO DE VIDA			





# PREFEITURA DE SOBRAL

18. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			
19. TRIBUTOS			
<b>Total – Montante B</b>			
<b>Total – Montantes A + B</b>			
<b>Total x Qtde. de Postos</b>			

Local, data

Assinatura de representante legal<sup>1</sup>

(Nome completo e CPF)

(Função/cargo)



<sup>1</sup> Caso o signatário não seja sócio ou acionista da empresa licitante, deverá acostar Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida junto à Carta Proposta.



**ANEXO D - JUSTIFICATIVA PARA À NÃO PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO**

A vedação à participação de **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)**, encontra-se amparada em fundamentos jurídicos sólidos e em entendimento jurisprudencial consolidado, não configurando ausência de motivação técnica. Tal vedação decorre da **incompatibilidade da natureza jurídica das OSCIPs com o objeto da licitação**.

Cumprе ressaltar que **não há registro de precedentes no âmbito municipal ou em outras esferas da Administração Pública** de que OSCIPs tenham fornecido ou estejam fornecendo bens/serviços dessa natureza, o que reforça a ausência de compatibilidade material e operacional entre o objeto licitado e as finalidades estatutárias dessas entidades. Ademais, as OSCIPs, por definição, não possuem estrutura empresarial voltada à atividade mercantil de produção e fornecimento de bens, operando, em regra, por meio de **parcerias voluntárias ou termos de colaboração** regidos pela **Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)** e/ou demais regulamentos específicos, e não pelo regime contratual administrativo da **Lei nº 14.133/2021**.

O fundamento normativo da vedação encontra respaldo, ainda, no **art. 12 da Instrução Normativa nº 5/2017**, do então Ministério do Planejamento, que dispõe que, quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço deverá ser executado obrigatoriamente por profissionais pertencentes aos seus quadros funcionais, e que, em razão dos **benefícios fiscais e previdenciários específicos** de tais instituições, **não será permitida sua participação em licitações destinadas à contratação de empresários, sociedades empresárias ou consórcios de empresas**, em respeito ao princípio da **isonomia**. O próprio dispositivo reconhece que as instituições sem fins lucrativos, por usufruírem de vantagens tributárias, possuem custos operacionais inferiores aos das empresas privadas, o que criaria uma competição desigual. Tal vedação, portanto, não restringe a competitividade, mas a **protege**, assegurando condições equitativas entre licitantes de natureza jurídica semelhante e evitando distorções decorrentes de regimes tributários diferenciados.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** consolidou esse entendimento em diversos precedentes, dentre os quais se destacam o **Acórdão nº 1.406/2017 – Plenário**, que reconhece a necessidade de observância ao princípio da isonomia quando da participação de instituições sem fins lucrativos em certames com empresários, e o **Acórdão nº 2.426/2020 – Plenário**, no qual o Tribunal determinou que a **Secretaria de Gestão do Ministério da Economia** modificasse o art. 12 da IN nº 5/2017, restringindo a participação em licitações apenas às instituições sem fins lucrativos qualificadas como OSCIPs, e desde que participem sob essa condição jurídica, vejamos:

*“9.3. determinar à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGGD/ME), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 4º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, que adote providências para modificar o parágrafo único do art. 12 da IN 5-Seges/MP, de 26/5/2017, e informe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, os encaminhamentos realizados, visando a:*

*9.3.1. restringir a participação em licitações públicas somente às instituições sem fins lucrativos qualificadas como Oscip, participantes sob esta condição;”*

Desse modo, a Corte de Contas deixou claro que é **lícita a restrição da participação de OSCIPs em licitações quando não houver compatibilidade entre sua**





**finalidade institucional e o objeto da contratação.** Tal entendimento foi contemplado também nos Acórdãos nº 2.847/2019 e nº 746/2014, firmando a compreensão de que, nas hipóteses em que o objeto licitado exige estrutura empresarial e fins econômicos, a vedação é legítima, por decorrer de regra já pacificada.

Dessa forma, considerando que o objeto em questão se trata de Contratação dos serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com fornecimento de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a serem executados de forma ininterrupta, inclusive aos finais de semana e feriados, nas dependências das unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral, pelo período de 12 (doze) meses, conclui-se que a exclusão de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICs) não configura restrição indevida à competitividade, mas sim ato administrativo legítimo, necessário e devidamente motivado, amparado em fundamentos jurídicos, técnicos e isonômicos já pacificados e consolidados. A vedação prevista no edital reflete a correta interpretação do ordenamento jurídico e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que reconhece a discricionariedade técnica da Administração Pública para restringir a participação de entes cuja natureza institucional, estrutura jurídica ou finalidade estatutária se mostrem incompatíveis com a execução do objeto licitado.

Por essa razão, a medida adotada encontra-se plenamente amparada no princípio da isonomia e na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo desnecessária motivação adicional nos autos, por tratar-se de entendimento pacificado, juridicamente seguro e validado pelo controle externo.

